



BRAVAL ECOPARQUE

RELATÓRIO & CONTAS 2012

ÍNDICE

I – ÓRGÃOS SOCIAIS	7
II – RELATÓRIO DE GESTÃO	9
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
1. ACTIVIDADE DA BRAVAL	16
1.1 Deposição de Resíduos Sólidos em Aterro	16
1.2 Recolha Selectiva	18
1.3 Estação de Triagem	24
1.4 Unidade de Valorização Energética do Biogás	28
1.5 Unidade de Produção de Biodiesel	30
1.6 Monitorização	31
1.7 Sensibilização	34
1.8 Sistema de Gestão Integrado – Qualidade, Ambiente e Segurança	41
2. INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E FUNDOS COMUNITÁRIOS	44
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	50
4. FUNDO DE RENOVAÇÃO DO EQUIPAMENTO E FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	56
5. RECURSOS HUMANOS	57
6. CAPITAL SOCIAL	61
7. OBJECTIVOS PARA O ANO 2013	62
8. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	63
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
10. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	65
III – CONTAS	67
1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	69
1.1 Balanço	69
1.2 Demonstração de Resultados por Natureza	70
1.3 Demonstração das Alterações no Capital Próprio	71
1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa	73
2. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	74
2.1 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	74
IV – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	99
V – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	105

I ÓRGÃOS SOCIAIS



ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais da empresa BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, apresentam a seguinte constituição:

Assembleia Geral

Presidente – Município de Terras de Bouro

Vice-Presidente – AGERE - EM

Secretário – Município de Póvoa de Lanhoso

Conselho de Administração

Presidente – Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa

Vogais – Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira Araújo e Sr. Luís Jorge Amaro da Costa

Fiscal Único

Revisor Oficial de Contas – Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Dr. Gaspar Vieira de Castro

Suplente – Dr. Romeu José Fernandes da Silva

II RELATÓRIO DE GESTÃO



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2012 foi muito atípico, pela primeira vez, desde a entrada em funcionamento da Braval, as quantidades de resíduos diminuíram.

O decréscimo dos resíduos depositados em aterro foi de 7%, cerca de 7 mil toneladas, a recolha selectiva diminuiu mil toneladas, também 7%, enquanto que a recolha de óleos alimentares usados diminuiu cerca de 13%. Como se pode comprovar a diminuição é transversal a todo o tipo de resíduos, devendo-se, essencialmente, à crise económica que Portugal atravessa. No entanto, relativamente à recolha selectiva, estimamos que cerca de 30% desta diminuição se deva a redes de viaturas alheias à Braval que retiram materiais recicláveis junto a ecopontos e da recolha porta-a-porta, na zona pedonal do centro urbano de Braga.

De facto, urge fazer algo que impeça que os sistemas concessionários sejam privados destes quantitativos por pessoas/redes que, licenciadas para recolher nos produtores, também o façam, ilegalmente, na via pública.

Assim, os municípios vêem as suas expectativas de contribuir para a melhoria do meio Ambiente e também de serem compensados na tarifa de poluidor/pagador, serem completamente defraudadas, pelo facto dos sistemas terem, assim, de aumentar as tarifas a cobrar. Urge criar regulamentos que desmotivem/impeçam este tipo de actos ilegais.

Em consonância com a directriz da Assembleia-Geral de Accionistas, a Braval continuará a desenvolver esforços com vista à obtenção de financiamento comunitário para a construção do canil/gatil intermunicipal com cremador para animais de companhia, para uso dos 6 concelhos do Sistema. Está prevista também uma candidatura a fundos comunitários para optimização do sistema de valorização energética de biogás, candidatura orçada em 260 mil euros.

A 1ª Fase da Central de Valorização Orgânica – Tratamento Mecânico e Biológico, está concluída, trata-se do maior investimento do Ecoparque Braval até agora, na ordem dos 8 milhões e 900 mil euros. No entanto, como ainda não está licenciado o novo PT pela EDP, ainda não está operacional.

Em 2013 espera-se a conclusão da IIª Fase, outro grande investimento, na ordem dos 12 milhões de euros, e a sua entrada em funcionamento, onde também irão ser recepcionadas as lamas das ETAR's municipais. Já no 1º trimestre do ano está prevista a conclusão do alargamento do aterro sanitário, construído exclusivamente com capitais próprios e com um alvéolo específico para a deposição de Resíduos Industriais Não Perigosos.

Grandes desafios se aproximam.

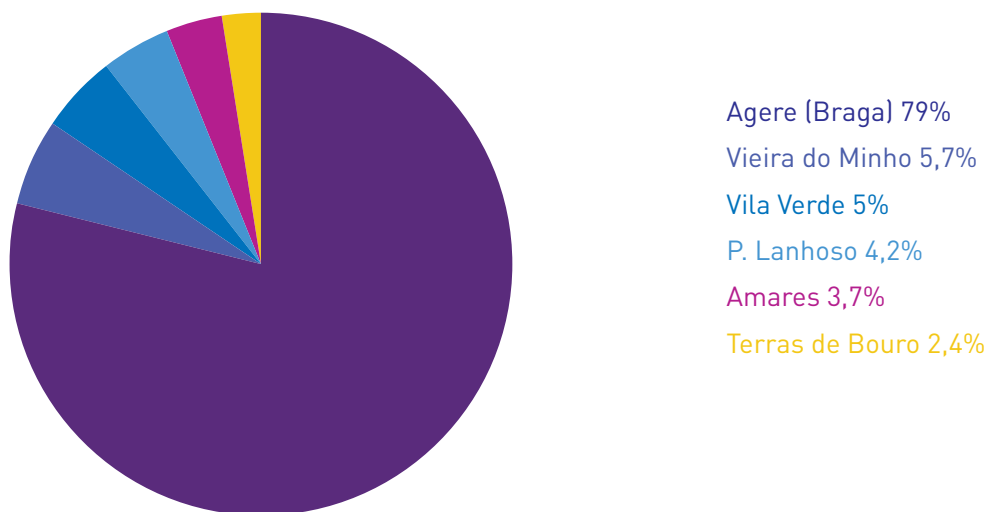
O Conselho de Administração e a Direção Geral Executiva

INTRODUÇÃO

O Decreto-lei n.º 117/96, de 6 de Agosto, criou o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado. Foi, então nesta data, constituída a sociedade BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., constituída pela EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., e pelos municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, sendo uma empresa concessionária do Ministério do Ambiente, para explorar o sistema atrás referido.

No final de 1999, deu-se a adesão da Resicávado à Braval, com a publicação do Decreto-lei n.º 471/99, de 6 de Novembro, que veio complementar o Decreto-lei n.º 117/96, de 6 de Agosto. O Decreto-lei n.º 471/99 alterou o anterior diploma, fazendo integrar no Sistema Multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cavado os municípios de Vila Verde, Amares e Terras de Bouro. No ano de 2000, verificou-se a aquisição à EGF – Empresa Geral do Fomento, SA da sua parte do capital, pelas Câmaras Municipais de Braga, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Amares e Terras de Bouro, louvando estas pelo esforço financeiro dispensado, sendo este como uma forma de prevenção de serviço público gerido sob forma empresarial.

A estrutura do capital social, encontra-se actualmente da seguinte forma:

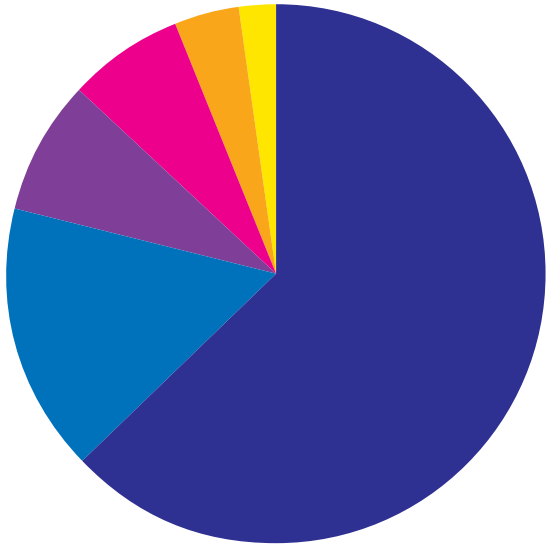


Este Sistema abrange uma área total de 1.120,88 Km² e serve uma população estimada em 290.407 habitantes, que produz sensivelmente 98.000 toneladas por ano (em média, 1 kg por habitante/dia) de RSU.



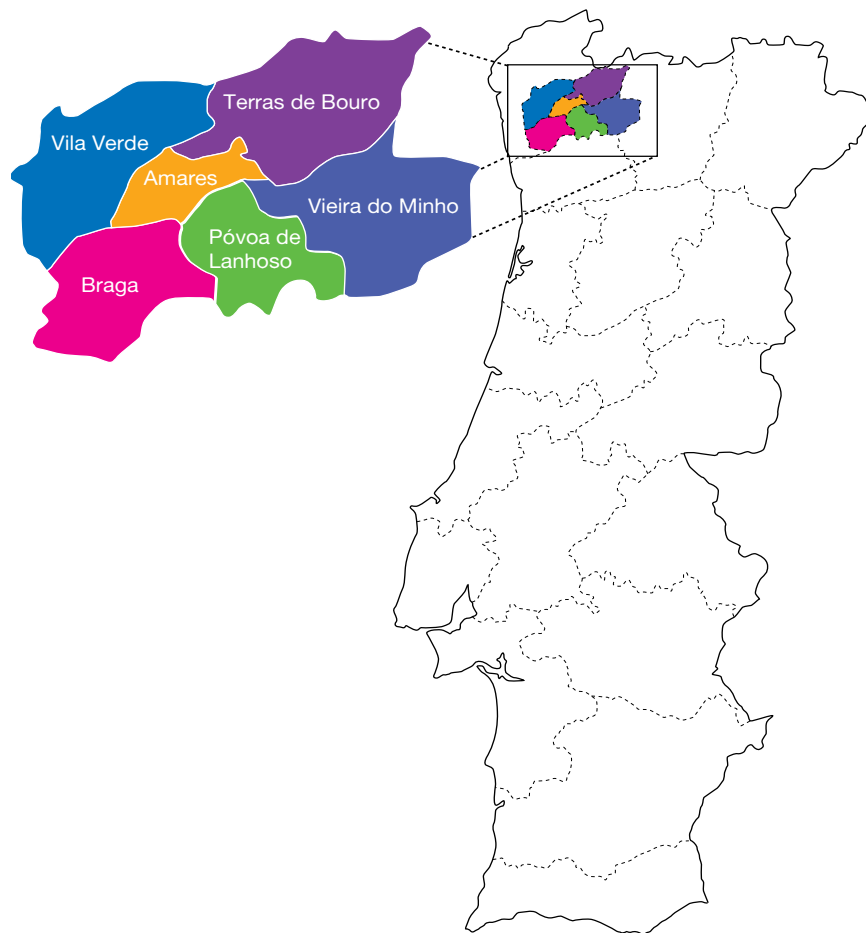
- Terras de Bouro 25%
- Vieira do Minho 20%
- Vila Verde 20%
- Braga 16%
- P. Lanhoso 12%
- Amares 7%

Área total (km²)



- Braga 63%
- Vila Verde 16%
- P. Lanhoso 8%
- Amares 7%
- Vieira do Minho 4%
- Terras de Bouro 2%

População residente

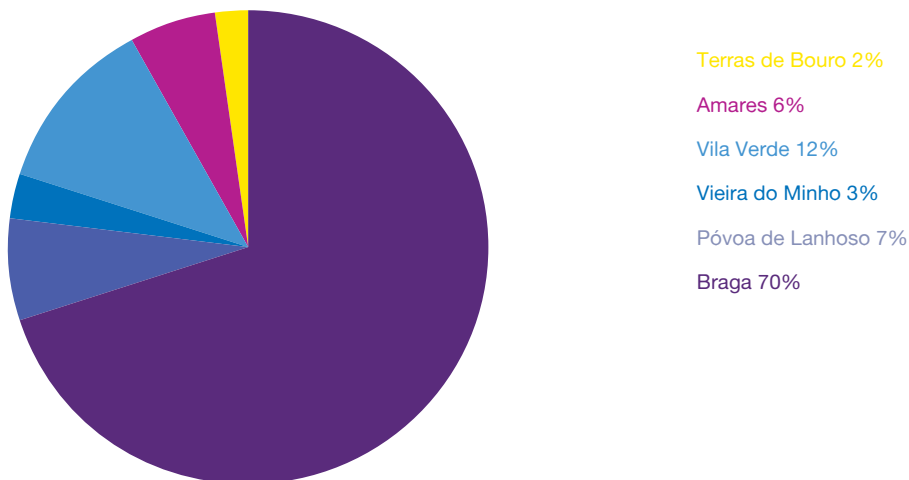
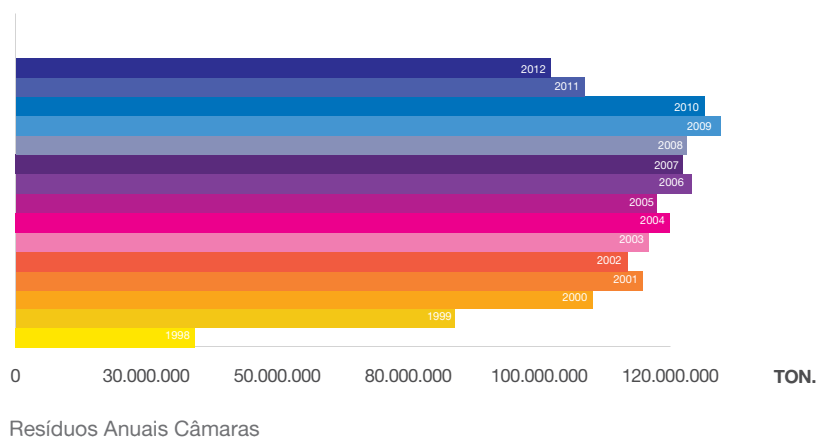


Concelhos do Sistema Braval

1. ACTIVIDADE DA BRAVAL

1.1 Deposição de Resíduos Sólidos em Aterro

Durante o ano de 2012, a recepção de resíduos sólidos urbanos rondou as 8.160 toneladas mensais, verificando-se portanto um decréscimo relativamente ao ano anterior.





Aterro Sanitário



Aterro Sanitário em exploração

1.2 Recolha Selectiva

A recolha selectiva de materiais recicláveis detém na sua frota actual treze viaturas, nomeadamente: duas viaturas com capacidade de 25 m³ com caixa compactadora, três viaturas com capacidade de volume de 20 m³, tendo duas delas caixa compactadora, duas com capacidade de volume de 17 m³ e uma com 16 m³, três viaturas, duas viaturas com capacidade de 7 m³ e uma com 9 m³ destinadas mais propriamente a circuitos urbanos nas zonas históricas dos municípios, e duas com capacidade de volume de 30 m³, uma das quais com contentor compactador, que permitem, além da recolha selectiva a percursos mais alargados, o transporte de resíduos sólidos urbanos da Estação de Transferência de Vieira do Minho para o Aterro Sanitário da Serra do Carvalho, e ainda o transporte de águas lixiviadas da Estação de Tratamento.

Sucintamente, a recolha selectiva possui a seguinte frota de viaturas:

Número de Viaturas	Capacidade (m³)
2	25
3	20
2	17
1	16
2	7
1	9
2	30



Viatura Recolha Selectiva

Para manutenção da rede de ecopontos (lavagem, substituição de peças e colocação), estão afectadas outras cinco viaturas adaptadas para o efeito.



Viatura Manutenção Ecopontos

Relativamente à recolha de óleos alimentares usados, a Braval afecta a esta actividade 1 viatura ligeira.

Desde o início deste tipo de recolha selectiva, em Abril de 2008, a Braval angariou cerca de 20.000 clientes domésticos e 600 grandes produtores (restaurantes, cafés, etc.). No quadro abaixo pode ver-se a distribuição da quantidade de óleos alimentares usados recolhidos por concelho e por tipo de cliente.

Concelho	Domésticos					Hotelaria					Total					Total
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	
Amares	166	1.146	1.424	1.706	1.110	206	1.717	1.780	1.588	1.375	372	2.863	3.204	3.294	2.485	12.218
Braga	5.100	24.766	38.018	39.104	34.564	10.010	24.891	28.270	35.842	29.917	15.110	49.657	66.288	74.946	64.481	270.482
Póvoa de Lanhoso	341	1.269	2.183	1.935	1.570	2.778	5.162	5.878	4.288	4.090	3.119	6.431	8.061	6.223	5.660	29.494
Terras de Bouro	60	204	348	474	185	376	1.176	1.626	2.000	2.240	436	1.380	1.974	2.474	2.425	8.689
Vieira do Minho	168	860	857	1.337	15	930	4.561	4.432	2.320	2.995	1.098	5.421	5.289	3.657	3.010	18.475
Vila Verde	555	1.963	2.953	2.243	2.215	270	936	1.604	1.170	1.365	825	2.899	4.557	3.413	3.580	15.274
Total	6.390	30.208	45.783	46.799	39.659	14.570	38.443	43.590	47.208	41.982	20.960	68.651	89.373	94.007	81.641	354.632



Viatura Recolha Óleos Alimentares Usados

Os ecopontos (subterrâneos e de superfície), compostos por três contentores: vidro, papel/cartão e embalagens estão distribuídos da seguinte forma pelos respectivos concelhos:

Concelho	Ecopontos Subterrâneos	Ecopontos Superfície	Total
Amares	14	82	96
Braga	449	250	699
Póvoa de Lanhoso	30	114	144
Terras de Bouro	9	43	52
Vieira do Minho	12	69	81
Vila Verde	24	112	136
Total	538	670	1.208



Ecoponto de Superfície

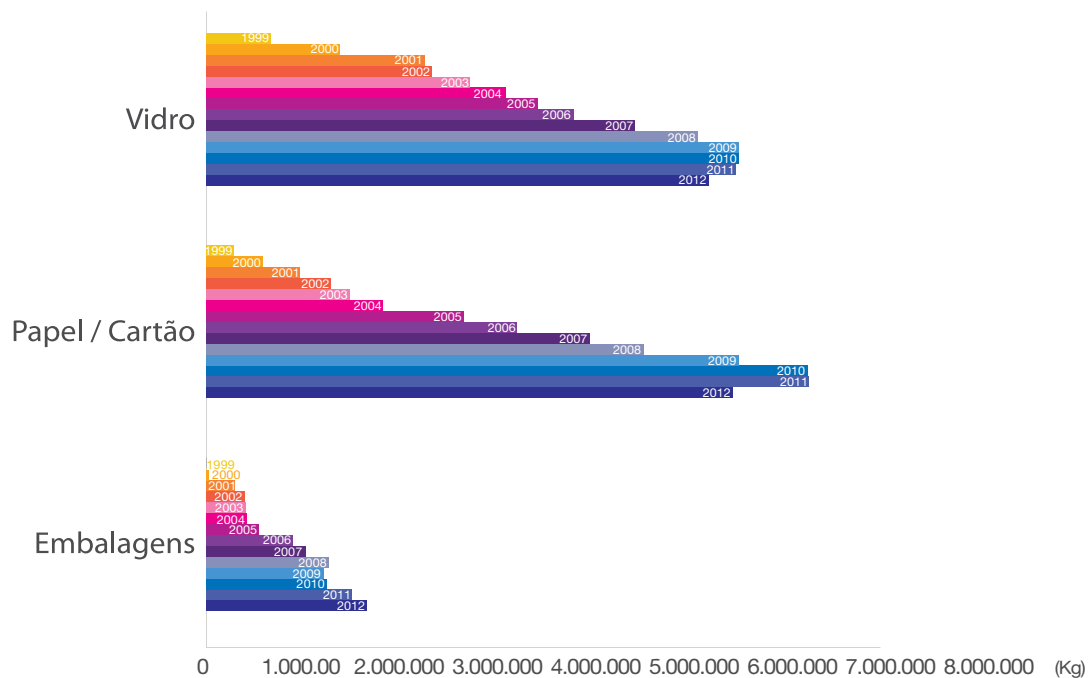


Ecoponto Subterrâneo

Na actividade de recolha selectiva, e durante o ano de 2012, a Braval recolheu **14.121** toneladas de resíduos recicláveis: as quantidades recolhidas de **vidro** foram de **5.968** toneladas, as quantidades recolhidas de **papel/cartão** ascenderam às **6.244** toneladas e as quantidades recolhidas de **embalagens** foram de **1.909** toneladas. Esta quantidade total de resíduos diminuiu **6,88%** relativamente a 2011, como se pode verificar nos quadros seguintes.

O único aumento verificado foi na recolha de Embalagens de Plástico e Metal, com 1.909 toneladas, enquanto que em 2011 este valor ficou nas 1.730 toneladas, um aumento de 21%. O Papel e Cartão e o Vidro diminuíram ligeiramente em 2012, passando das 13.433 toneladas para as 12.212. Esta diminuição não estará directamente ligada com uma menor recolha ou sensibilização, mas com um menor consumo verificado, devido possivelmente à actual conjuntura económica.

Em 2012, a Braval entregou **12,14** toneladas de **pilhas** à Ecopilhas, Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores. Em 2011, as pilhas entregues foram ligeiramente superiores, no valor de 14,10 toneladas.



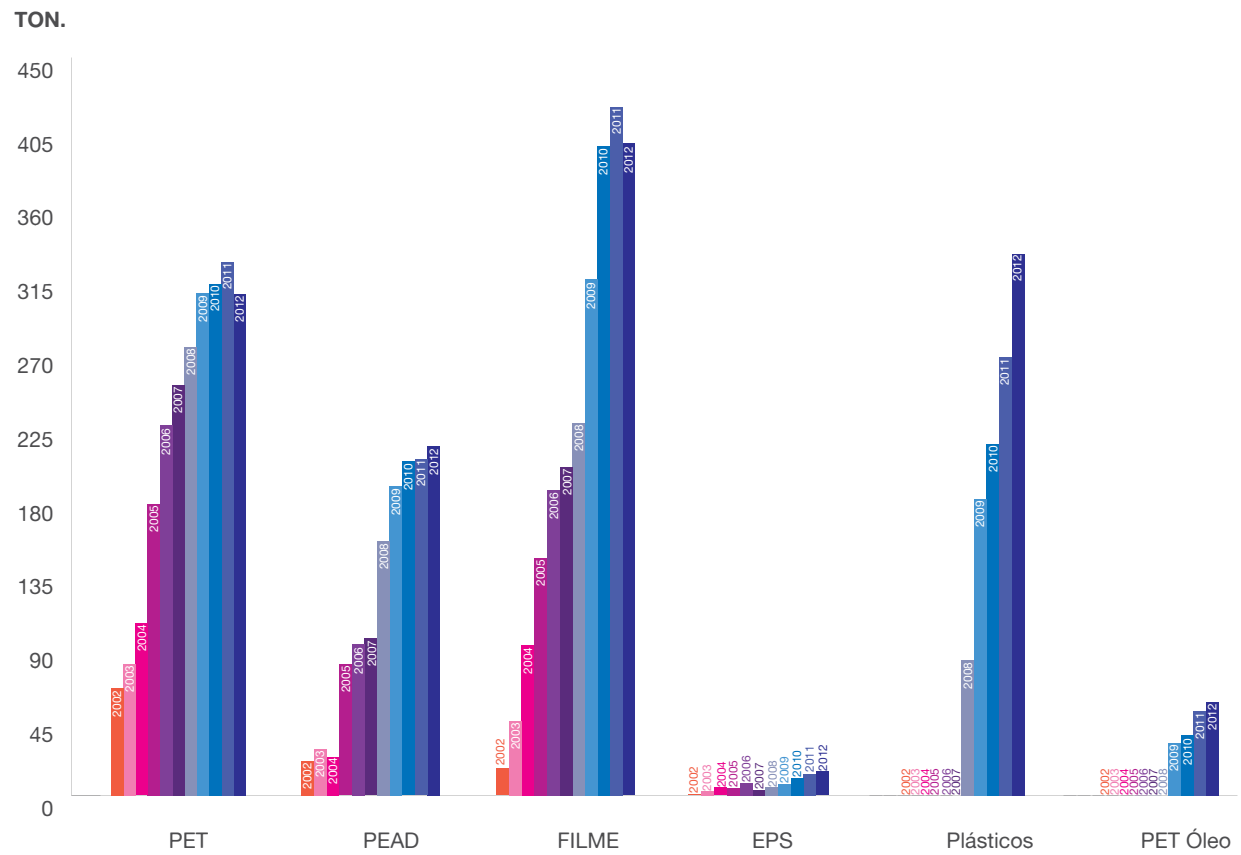
Recolha Selectiva

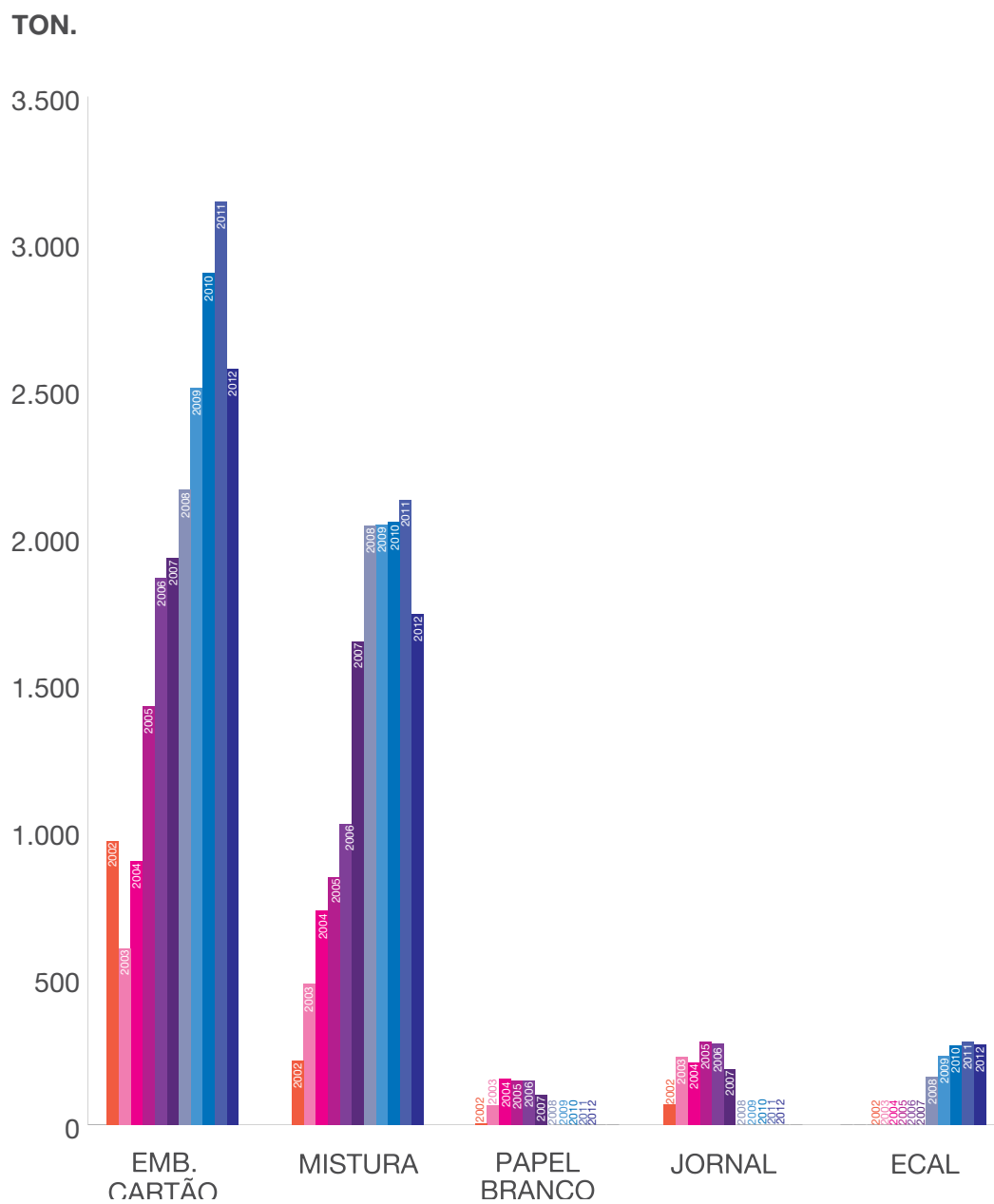
Ano	QUANTIDADE (Kg)				
	Vidro	Papel / Cartão	Embalagens	Total	Δ %
1999	768.800	324.560	0	1.093.360	
2000	1.584.580	673.040	29.660	2.287.280	109,20%
2001	2.588.009	1.113.293	343.637	4.044.939	76,84%
2002	2.672.940	1.476.880	455.580	4.605.400	13,86%
2003	3.126.640	1.697.580	468.420	5.292.640	14,92%
2004	3.557.640	2.096.260	476.660	6.130.560	15,83%
2005	3.936.860	3.060.680	626.940	7.624.480	24,37%
2006	4.357.720	3.690.580	1.030.220	9.078.520	19,07%
2007	5.081.040	4.554.260	1.178.600	10.813.900	19,12%
2008	5.835.580	5.186.580	1.453.780	12.475.940	15,37%
2009	6.313.800	6.314.420	1.388.920	14.017.140	12,35%
2010	6.320.460	7.137.120	1.434.320	14.891.900	6,24%
2011	6.281.940	7.151.460	1.730.300	15.163.700	1,83%
2012	5.967.720	6.244.140	1.908.780	14.120.640	-6,88%
Total	58.393.729	50.720.853	12.525.817	121.640.399	

1.3 Estação de Triagem

No que diz respeito à actividade da estação de triagem, verificaram-se os seguintes valores relativos às quantidades enfardadas (toneladas):

MATERIAL	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PET	65,38	80,22	104,85	177,45	225,60	250,21	273,28	306,17	311,85	325,35	305,70
PEAD	21,10	28,35	23,35	79,80	92,25	95,70	155,20	188,85	203,49	204,68	213,18
FILME	16,36	45,44	91,76	144,77	186,00	200,21	227,04	314,82	396,00	419,76	397,32
EPS	0,45	2,50	4,82	4,42	7,38	3,20	5,07	7,03	10,40	13,02	14,51
PLÁSTICOS MISTOS	-	-	-	-	-	-	82,35	180,78	214,32	267,36	330,28
PET Óleo	-	-	-	-	-	-	-	31,96	36,96	51,26	57,20
SUB-TOTAL	103,29	156,51	224,78	406,44	511,23	549,32	742,94	1.029,61	1.173,02	1.281,43	1.318,19
EMB. CARTÃO	964,80	600,90	898,26	1.423,29	1.858,89	1.927,82	2.162,16	2.505,68	2.897,68	3.139,54	2.570,56
MISTURA	217,50	478,50	728,64	843,18	1.023,00	1.643,18	2.039,18	2.043,06	2.052,65	2.126,46	1.739,11
PAPEL BRANCO	6,30	67,80	157,99	148,95	151,74	103,14	-	-	-	-	0,00
JORNAL	68,70	231,30	212,57	282,75	277,24	189,37	-	-	-	-	0,00
ECAL	-	-	-	-	-	-	164,28	233,69	269,68	283,48	271,98
SUB-TOTAL	1.257,30	1.378,50	1.997,46	2.698,17	3.310,87	3.863,51	4.365,62	4.782,43	5.220,01	5.549,48	4.581,65
FERROSOS	16,82	29,30	33,84	37,79	22,53	19,30	41,39	106,86	174,46	214,17	200,31
ALUMÍNIO	1,88	1,68	1,85	1,20	0,92	1,37	2,06	2,79	5,37	5,90	5,37
SUB-TOTAL	18,70	30,98	35,69	38,99	23,46	20,67	43,45	109,65	179,83	220,07	205,68
TOTAL	1.379,29	1.565,99	2.257,93	3.143,60	3.845,56	4.433,50	5.152,01	5.921,69	6.572,86	7.050,98	6.105,52







Estação de Triagem – exterior



Estação de Triagem – interior

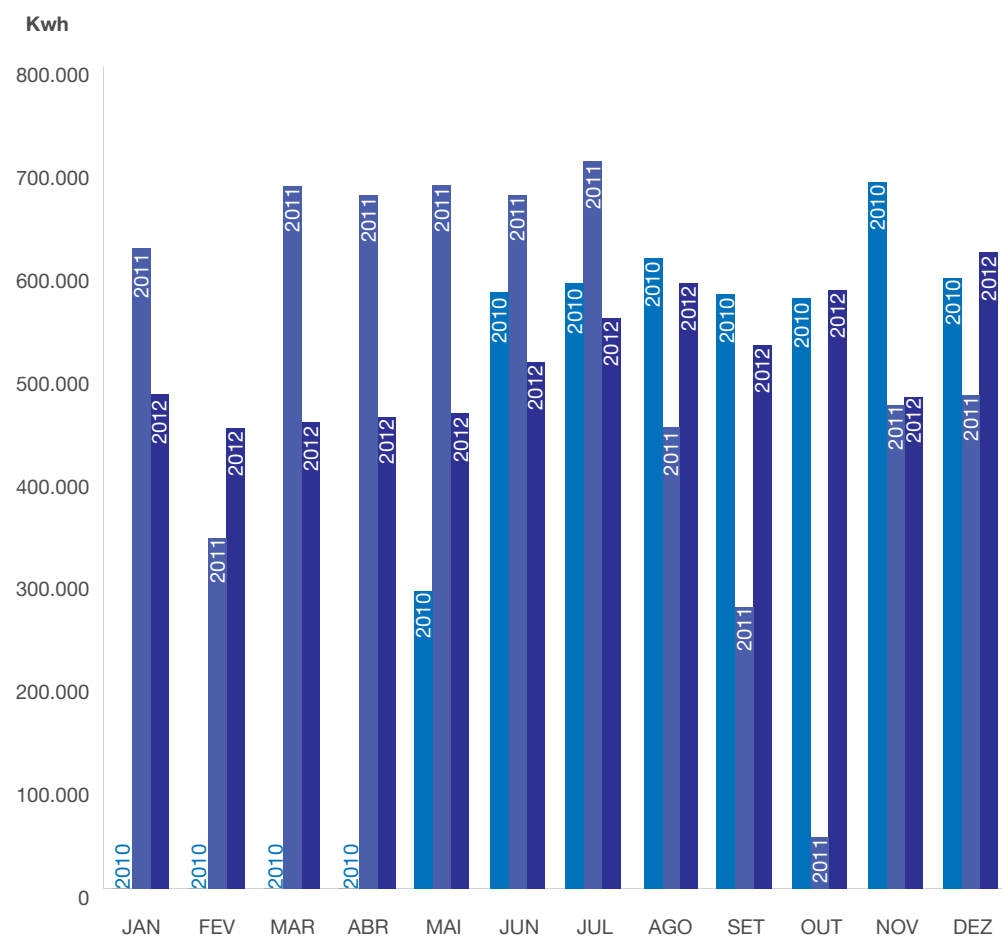
1.4 Unidade de Valorização Energética do Biogás

Em Maio de 2010, iniciou-se o funcionamento da Unidade de Valorização Energética do Biogás produzido no Aterro Sanitário.

Esta central permite a valorização energética do biogás produzido por decomposição orgânica dos Resíduos Não Perigosos depositados em aterro. Compreende a extracção do biogás do aterro e a sua utilização como combustível num grupo motor gerador de potência eléctrica 1 063kW. A energia eléctrica produzida é elevada a 15 kV e injectada na rede de distribuição da EDP, ao abrigo do estatuto do produtor em regime especial.

Os quadros seguintes representam a produção de energia eléctrica da unidade de 2010 a 2012.

Descrição Ano 2012	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Produção Biogás (Média Caudal) (m3/h)	400	360	350	380	400	455	470	520	510	460	435	500	5.240
Produção de Energia Eléctrica (kWh)	481.250	447.714	453.721	458.417	462.292	511.744	554.842	589.265	528.789	582.310	477.898	619.366	6.167.608



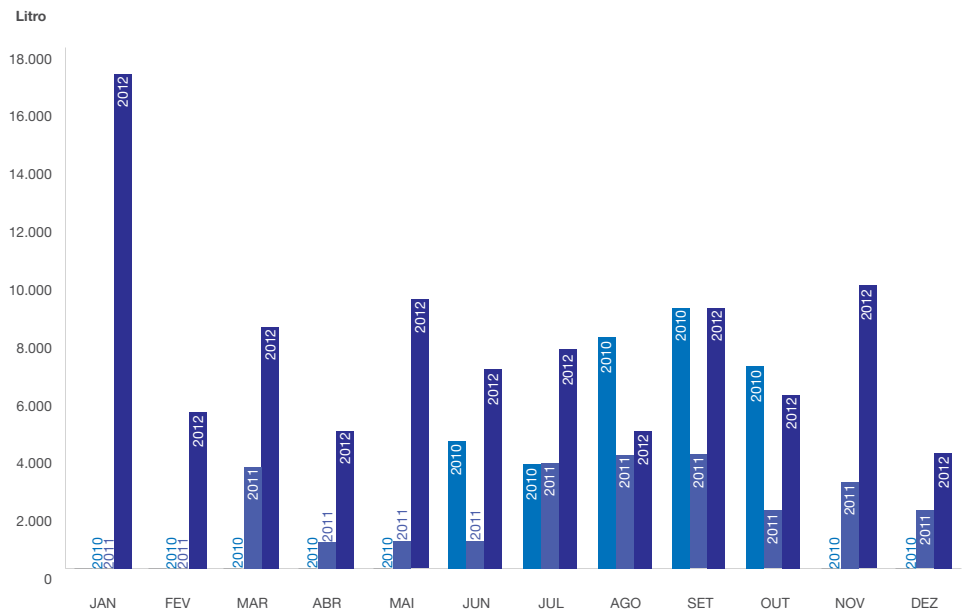
Produção de energia eléctrica

1.5 Unidade de Produção de Biodiesel

A produção de biodiesel iniciou-se em Junho de 2010. O quadro que se segue apresenta os valores de biodiesel produzidos nesta unidade no ano de 2012, bem como os quantitativos introduzidos no consumo.

Descrição	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Biodiesel produzido (litros)	17.100	5.400	8.350	4.750	9.300	6.900	7.600	4.750	9.000	6.000	9.780	4.000	92.930
Biodiesel introduzido no consumo (litros)	5.360	2.750	3.500	4.500	1.000	1.970	2.000	2.004	3.006	0	2.017	1.005	29.112

O gráfico seguinte mostra os quantitativos de biodiesel produzidos nos anos de 2010 a 2012.



1.6 Monitorização

Ao abrigo do exposto no Decreto-lei n.º 194/2000 de 21 de Agosto, relativo à Prevenção e Controlo Integrado da Poluição (Diploma PCIP) para a actividade de gestão de resíduos, foi emitida à Braval, em 12/05/2006, pelo Instituto do Ambiente, a Licença Ambiental do Aterro de Resíduos não perigosos do Baixo Cávado.

Assim, torna-se necessário garantir o cumprimento de vários requisitos, nomeadamente os respeitantes aos processos de monitorização do aterro sanitário, quer na sua fase de exploração, quer na sua fase de encerramento, bem como das antigas lixeiras encerradas.

Consequentemente, no decorrer de 2012 cumpriu-se o plano de monitorização tendo como base a Licença em questão, o qual pode ser resumido no seguinte:

Tipo	Parâmetros	Periodicidade	
		Exploração	Encerramento
Águas Subterrâneas	Composição Níveis freáticos	Mensal / Semestral Semestral	Anual / Trimestral Trimestral
Águas Lixiviadas	Volume Composição	Mensal Semanal* / Mensal	Semestral Semestral
Topografia do Aterro	Estrutura, composição Assentamento	Anual Anual	Anual Anual
Biogás	Composição	Mensal	Semestral
Efluentes Gasosos	Composição	Semestral	Semestral
Dados Meteorológicos	Composição	Diária	Diária

* Análises de caracterização realizadas no laboratório anexo à ETAL.

De referir ainda que, em 2012, foi elaborado o relatório de monitorização das 11 antigas lixeiras do sistema: Padim da Graça, Calvos, Anissó, Dossãos, Caires, Valdozende, Rio Caldo, Vilar da Veiga, Moimenta, Covide e Carvalheira.



Antiga Lixeira de Covide (Terras de Bouro) recuperada

Em 2012 a monitorização dos efluentes gasosos, foi realizada aos gases de escape da Unidade de Valorização energética do biogás, de acordo com as indicações da Agência Portuguesa do Ambiente.



Unidade de Valorização Energética do Biogás

Neste mesmo ano, foi solicitada à CCDR-N a dispensa de monitorização das emissões dos dois queimadores existentes na instalação.

Para a minimização do problema da ocorrência de odores na envolvente do aterro sanitário, a Braval já possui 5 sistemas de neutralização de odores: três rampas de neutralização e dois canhões de aspersão. As rampas de neutralização de odores funcionam nas horas mais problemáticas do dia, ou seja, ao amanhecer e ao anoitecer, perfazendo um total diário de 10 horas, neutralizando assim, as moléculas de odores geradas em toda a zona envolvente do aterro sanitário.



Rampa de neutralização de odores

Para o combate da ocorrência de picos de odores durante as diferentes horas do dia, a Braval continua a utilizar o sistema de neutralização móvel e mais direccionado para a origem dos odores, designado por canhão de aspersão.

O sistema mais recente é denominado Canhão de Aspersão Fixo, e tem como objectivo a minimização da ocorrência de odores, agora, na parte mais a sul do aterro sanitário.



Canhão de Aspersão Fixo

1.7 Sensibilização

Como meio de sensibilização contínua, durante o ano de 2012, a Braval foi visitada por 2.106 pessoas, distribuídas por 64 visitas, numa média de 33 pessoas por visita.

Nestas visitas, para além duma explicação detalhada sobre a empresa, os participantes têm a oportunidade de ver o funcionamento da Estação de Triagem, bem como, o Aterro Sanitário e a Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas, Ecocentro, Unidade de Valorização de Biogás e Biodiesel.

Estas visitas tornam-se um excelente meio de sensibilização, pois permitem o contacto directo com a população, obtendo feedback, esclarecendo eventuais dúvidas e recebendo sugestões. Em todas visitas foram distribuídos panfletos informativos e o inquérito de satisfação.

Cerca de 600 pessoas assistiram a 2 acções de sensibilização realizadas, numa média de 300 pessoas por acção. Aqui, destacam-se, para além das palestras, acções em espaços públicos.

No total, cerca de 2796 pessoas foram atingidas pelas visitas e palestras da Braval, em 2012, mas mais de 5000 assistiram à peça de Teatro “O Cavaleiro Braval contra as Forças do Mal”.

Em forma de conclusão, em 2012, o número de visitas desceu generalizadamente, relativamente a 2011, diminuindo quer o n.º de visitantes, quer o n.º de visitas, em todos os níveis de ensino.

Em 2012 os grupos com maior número de visitantes foram o pré-escolar e ensino básico, em todos os seus níveis.

O maior número de visitas continua a ser da categoria “Outros”, ainda que com menos pessoas por visita. Nesta categoria destacam-se várias associações e centros de formação.

VISITAS

Instituição	Nº Visitas	%	Nº Visitantes	%
Pré-Escolar	13	20.3%	472	22.4%
E. B. 1	11	17.2%	406	19.3%
E. B. 2, 3	10	15.6%	502	23.8%
Secundárias	10	15.6%	273	13%
Ensino Superior	2	3.1%	59	2.8%
Outros	18	28.2%	394	18.7%
Total	64	100%	2.106	100 %

2 acções de sensibilização, num total de 600 pessoas.

Média de visitantes por mês: **168**

Média de visitas por mês: **5**

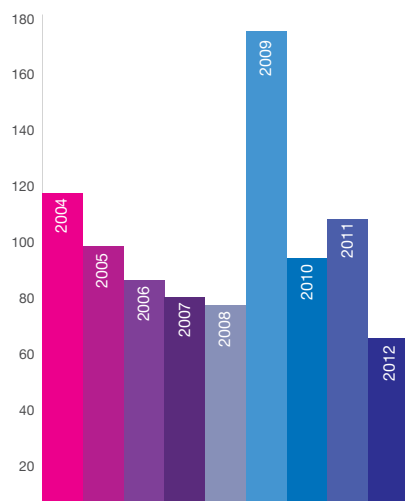
Média de pessoas por visita: **33**

Média de pessoas por acção de sensibilização: **300**

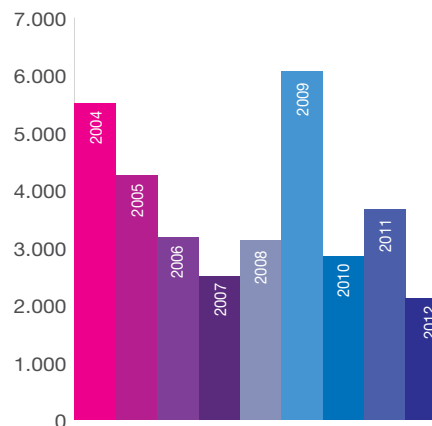
As acções de sensibilização (palestras) foram as seguintes:

11 de Maio – Escola Secundária de Amares

1 de Junho – Moimenta – CM Terras de Bouro



Nº Visitas



Nº Pessoas Visitas

A Braval patrocinou a elaboração e apresentação em 30 escolas dos 6 municípios, de uma peça de teatro intitulada “O Cavaleiro Braval contra as Forças do Mal”. O espectáculo envolvia dois actores e uma marioneta e foi desenvolvido pelo Centro de Criatividade da Póvoa de Lanhoso.

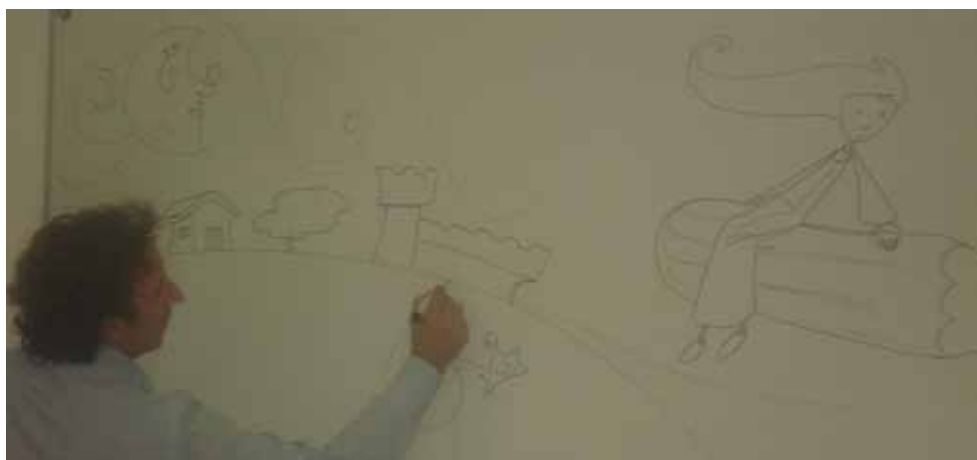
As escolas foram escolhidas com o critério do maior número de alunos, em cada agrupamento.

Entre 23 de Abril e 13 de Junho, a peça foi representada 103 vezes, a cerca de 6.000 alunos, professores e auxiliares, do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico. Esta foi uma iniciativa com muita aceitação por parte da comunidade escolar e, sendo lúdica, também teve um grande impacto junto das crianças.



Teatro “O cavaleiro Braval contra as Forças do Mal”

Em 2011, o escritor bracarense Pedro Seromenho, lançou uma colecção de quatro livros infantis intitulada ***Reciclomania***. A Braval patrocinou e, em 2012, o escritor esteve na Braval apresentando os livros a algumas crianças.



Apresentação do livro "Reciclomania"

No Dia Mundial do Ambiente, numa cerimónia realizada no Minhocenter, foram entregues os prémios do concurso escolar Electropilhas, lançado para o ano lectivo 2011/2012, às escolas E. B. 2 e 3 de Celeirós e E.B. 2 e 3 de Cabreiros, Braga.



Entrega prémios concurso Electropilhas

No mesmo dia e local foi apresentada a peça de teatro “O Cavaleiro Braval contra as Forças do Mal”, a dois estabelecimentos de ensino.

A 1 de Setembro foi realizado no Parque da Ponte, em Braga, o Festival *Ponte Party People*. O festival começou com concertos durante a tarde na piscina municipal e com uma feira de artesanato urbano e artigos em 2ª mão e continuou com concertos nocturnos. A Braval apoiou o evento oferecendo, entre outros, bolas insufláveis na piscina e sacos de papel para as vendas da feira.



Festival *Ponte Party People*

No dia 20 de Dezembro, a Braval visitou a **Pediatria** do Hospital de Braga, animando as crianças internadas com o Bravaleco e oferecendo algumas lembranças.



Visita Pediatria Hospital de Braga

Como vem sendo habitual nos últimos anos, a Braval criou, produziu e distribuiu 2.000 exemplares de uma agenda personalizada, com conteúdos de sensibilização ambiental.

Na época festiva, a Braval realizou uma vez mais a campanha “**Neste Natal os embrulhos também são prendas**”, oferecendo sacos-ecoponto, agendas 2013 e panfletos informativos a quem trouxe resíduos recicláveis às instalações da empresa.



Campanha de Natal

Em 2012, a Braval lançou uma **campanha de solidariedade**, durante o mês de Dezembro. Por cada tonelada de resíduos recicláveis recolhida em Dezembro, a Braval oferece 1 kg de alimentos a instituições de solidariedade social. Apurados os resultados, a Braval irá oferecer, em 2013, 1.000 kg de alimentos. A campanha teve sucesso uma vez que a queda anual de recolha selectiva foi em média de 7% e em Dezembro apenas 3%.



Em Dezembro de 2009 a Braval obteve a Certificação por dispor de um Sistema de Gestão Integrado, nas vertentes de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, conforme as normas UNE-EN ISO 9001:2008, UNE-EN ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007, respectivamente.



Certificado de Sistema de Gestão Ambiental



6A-20090850

AENOR, Associação Portuguesa de Normalização e Certificação, certifica que o sistema de

BRAVAL - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, SA

disposto de que permite a Gestão Ambiental e a Gestão Integrada de Resíduos de acordo com a norma ISO 14001 e ISO 26000.

para os seguintes processos: Recolha Selectiva, triagem e armazenagem temporária de resíduos para valorização. Deposição em aterro sanitário de resíduos sólidos não perigosos.

para os seguintes locais: ATERRO SANITÁRIO RUA DO AZEITEIRO, FERREIRA, POVOA DE LARANJEIROS - 4650-166 FERREIRAS (PORTUGAL); ESTACÃO DE TRANSFERÊNCIA DE VALORES DO MUNDO PARQUE INDUSTRIAL DAS CENDEIRINHAS - 4650-429 TABUAÇA (PORTUGAL).

Data de emissão: 2009-12-16
Data de validade: 2013-12-16

AENOR Associação Portuguesa de Normalização e Certificação

AENOR Associação Portuguesa de Normalização e Certificação
Rua do Azeiteiro, 166 - 4650-166 Ferreira, Póvoa de Laranjeiros
Telefone: +351 21 212 112 - Fax: +351 21 212 113 - Email: aenor@nenor.pt

Entidade acreditada pela ENAC, n.º 1001/2007 (SGA)

AENOR é membro da ISO, da UNE e da Rede Internacional de Certificação

Certificado de Sistema de Gestão Segurança e Saúde no Trabalho



SST-0377/2009

AENOR, Associação Portuguesa de Normalização e Certificação, certifica que o sistema de

BRAVAL - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, SA

disposto de que permite a Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a norma EN ISO 45001:2018.

para os seguintes processos: Recolha Selectiva, triagem e armazenagem temporária de resíduos para valorização. Deposição em aterro sanitário de resíduos sólidos não perigosos.

para os seguintes locais: ATERRO SANITÁRIO RUA DO AZEITEIRO, FERREIRA, POVOA DE LARANJEIROS - 4650-166 FERREIRAS (PORTUGAL); ESTACÃO DE TRANSFERÊNCIA DE VALORES DO MUNDO PARQUE INDUSTRIAL DAS CENDEIRINHAS - 4650-429 TABUAÇA (PORTUGAL).

Data de emissão: 2009-12-16
Data de validade: 2013-12-16

AENOR Associação Portuguesa de Normalização e Certificação

AENOR Associação Portuguesa de Normalização e Certificação
Rua do Azeiteiro, 166 - 4650-166 Ferreira, Póvoa de Laranjeiros
Telefone: +351 21 212 112 - Fax: +351 21 212 113 - Email: aenor@nenor.pt

Entidade acreditada pela ENAC, n.º 1001/2007 (SGSST)

AENOR é membro da ISO, da UNE e da Rede Internacional de Certificação

O Sistema de Gestão Integrado abrange as actividades de recolha selectiva, triagem e armazenagem temporária de resíduos para valorização e a deposição em aterro sanitário de resíduos não perigosos.

O Conselho de Administração da Braval, definiu e assume uma Política que se estrutura e desenvolve segundo as intenções e orientações a seguir descritas:

MELHORIA CONTÍNUA DO DESEMPENHO DA ORGANIZAÇÃO, NUMA ESTREITA COLABORAÇÃO COM OS COLABORADORES E FORNECEDORES,

- estabelecendo e comunicando objectivamente o desempenho esperado e
- controlando e analisando com rigor e sistematicamente, o cumprimento dos objectivos definidos,
- promover a interactividade ao nível da segurança e saúde no trabalho, assegurando o controlo operacional adequado dos fornecedores e subcontratados.
- promover uma gestão das diferentes actividades, focada no resultado, tendo em vista a sustentabilidade económica por actividade.

SATISFAZER AS EXPECTATIVAS E NECESSIDADES DOS CLIENTES,

- em pleno cumprimento dos requisitos do contrato de concessão,
- mantendo os princípios de boas relações com os Municípios, cumprindo com os requisitos de serviços acordados, melhorando a colaboração e transparência na informação e
- melhorando e respeitando os requisitos técnicos especificados para os produtos que resultam da actividade.

PROMOVER A MELHORIA DA CONFORMIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS,

- privilegiando, sempre, as soluções de valorização relativamente às de deposição e confinamento técnico, efectuando o que estiver ao seu alcance para prevenir a poluição,
- cumprindo a legislação aplicável e outros requisitos que a BRAVAL subscreva,
- intervindo na recolha, tratamento, armazenagem e encaminhamento de “novos” resíduos, abrindo o leque de alternativas e ao serviço dos clientes e potenciais clientes e
- assegurando a transparência nos procedimentos de contratação com fornecedores e clientes.

POTENCIAR A MOTIVAÇÃO E PROACTIVIDADE NA RELAÇÃO COM OS COLABORADORES,

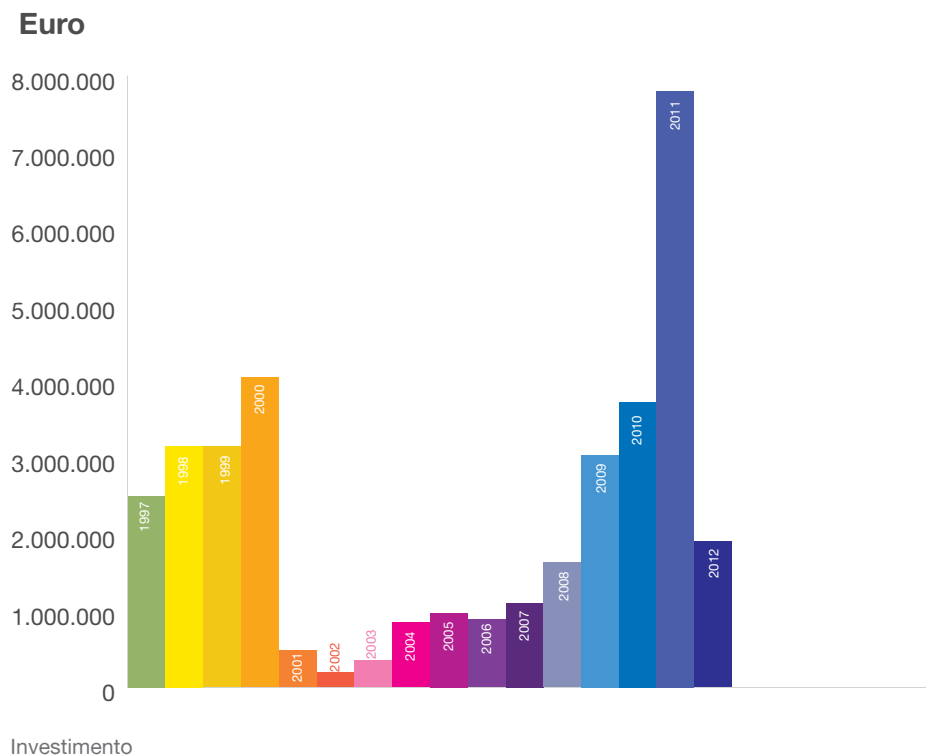
- verificando e promovendo o desenvolvimento das competências necessárias e adequadas ao “saber fazer” e o “acto seguro”,
- incentivando ao envolvimento e à participação pessoal na discussão de novas soluções organizacionais e operacionais e
- privilegiando a melhoria contínua das condições de segurança e saúde no trabalho, obedecendo aos princípios gerais de prevenção cumprindo com o enquadramento legal e normativo.

PROMOVER E PARTICIPAR ACTIVAMENTE NA CONSCIENCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- estabelecendo e dinamizando canais de comunicação corrente com a comunidade envolvente e
- sistematizando processos de informação associada à actividade e em particular para os seus clientes, entidades e organismos reguladores e fiscalizadores.

2. INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E FUNDOS COMUNITÁRIOS

Durante o presente exercício, dando continuidade ao plano inicialmente traçado, foram investidos 1.905.501,55€, cifrando-se agora o montante global, desde o início da actividade, em 35.596.847,79€.



No decorrer de 2012, há a salientar o seguinte investimento:

Assistência Técnica Biogás

Na Central de Valorização Energética do biogás do aterro sanitário está instalado um motor-gerador ao qual é realizada uma manutenção programada, de acordo com as horas de funcionamento do mesmo. Assim, em Novembro de 2012 foram atingidas as 20.000h de funcionamento do motor-gerador, pelo que foi necessário a realização de uma manutenção extensiva com substituição de várias peças.

Aquisição Máquina Filtragem para Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas

Com o objectivo do cumprimento dos valores para descarga directa em meio hídrico, do efluente tratado da ETAL (Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas), foi adquirido um equipamento para afinação final. Este equipamento corresponde a um tratamento de filtração com carvão activado, que permite uma qualidade final do efluente para descarga directa em meio hídrico, pelo que esta licença de descarga já foi solicitada à respectiva entidade competente.



Máquina Filtragem

Rampa de Desodorização

Com a evolução da área de exploração do aterro sanitário tem-se verificado a necessidade de alargamento da rampa de desodorização da envolvente do aterro. Assim, foi adquirida uma nova unidade de desodorização para instalação na zona mais a Sul do aterro.



Rampa Desodorização

Reforço da Rede de Recolha Selectiva

Para reforço da rede de ecopontos foram adquiridos 33 novos ecopontos do tipo subterrâneo. Este investimento insere-se na estratégia de ampliação e renovação da rede de ecopontos, que visa dotar locais de maior produção de resíduos de ecopontos do tipo subterrâneo. Este tipo de ecopontos, para além da melhor integração paisagística, apresenta ainda uma maior capacidade de armazenamento de resíduos.

Construção do Aterro Sanitário

Face ao aproximar do final de vida útil do aterro sanitário, a BRAVAL iniciou a construção de duas novas células para deposição de resíduos, uma das quais dedicada exclusivamente à deposição de Resíduos Industriais Não Perigosos. Estas duas células, com uma capacidade de encaixe de 470 mil metros cúbicos, dizem respeito à primeira fase do novo aterro sanitário sendo, a médio prazo, construídas outras duas células. Este faseamento justifica-se pelo elevado esforço financeiro associado, não elegível no âmbito de quaisquer projectos de co-financiamento, e cuja implementação global numa só empreitada iria afectar a sustentabilidade económico-financeira da BRAVAL, o que levaria a um considerável aumento das tarifas de resíduos.



Aterro Sanitário

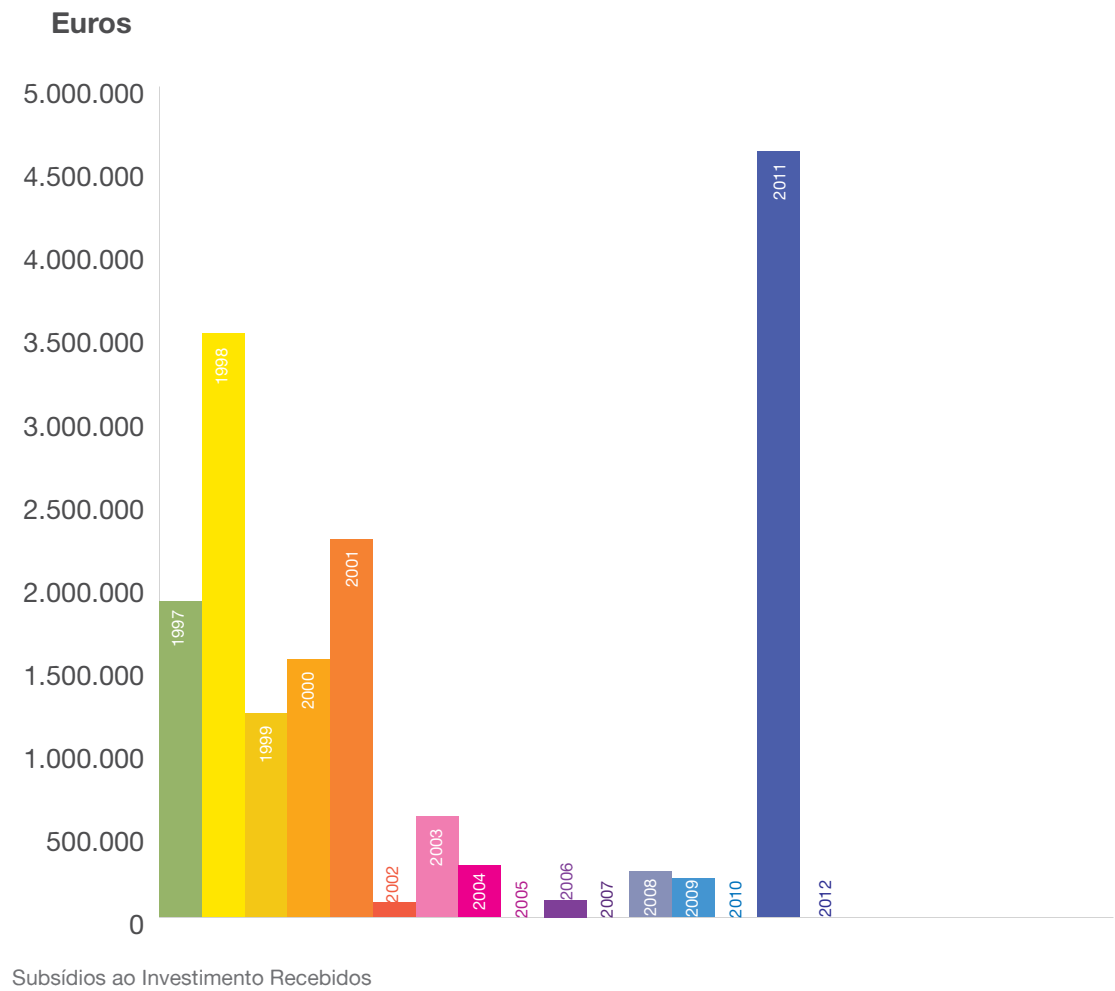
Aquisição de Sistema de Arrefecimento do Biogás

Na Central de Valorização Energética do biogás do aterro sanitário foi necessário a instalação de um Sistema de arrefecimento do biogás à entrada do sistema de aspiração. Esta unidade é constituída por um chiller e um permutador de calor gás-água e respectivos acessórios, permitindo assim a desumidificação e o arrefecimento do biogás.

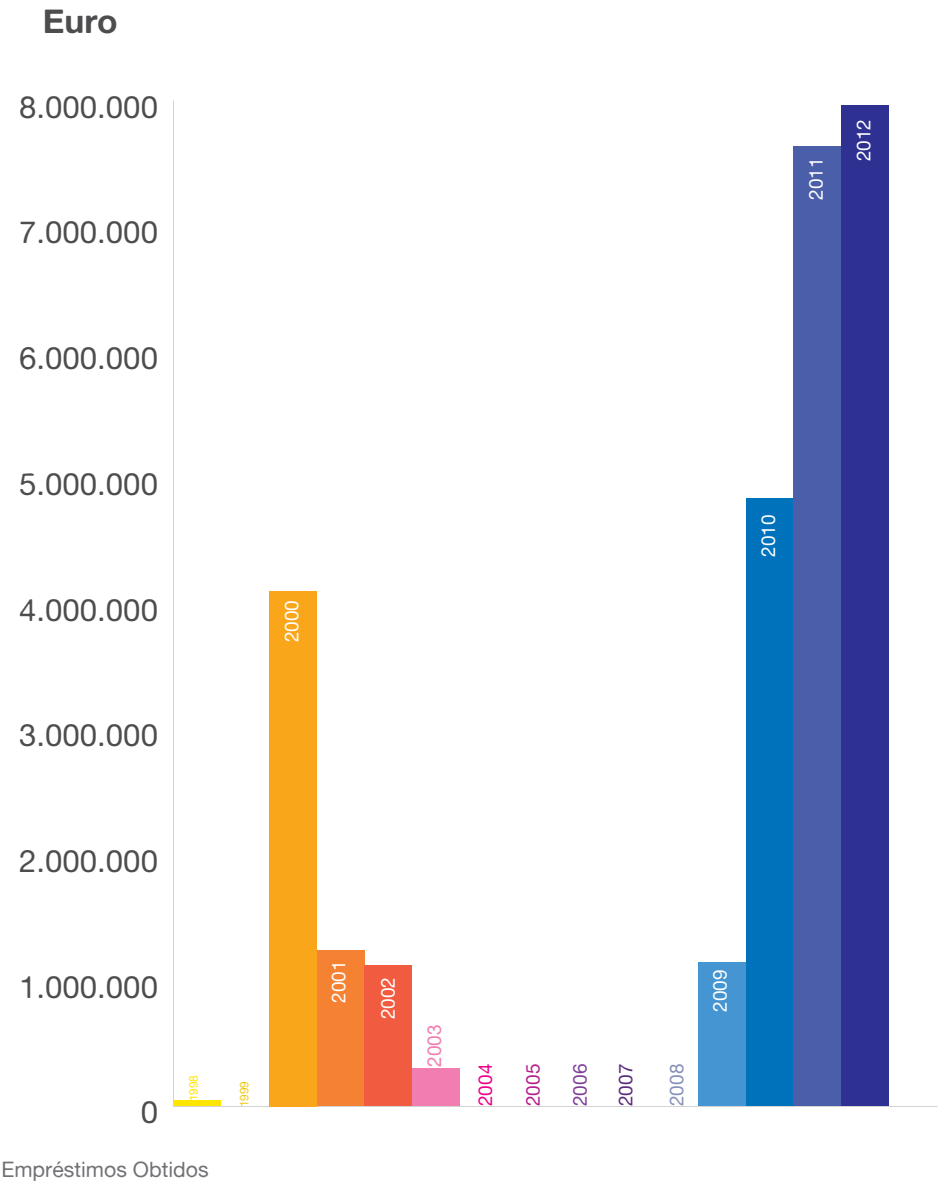


Sistema de arrefecimento

Em 2012, e relativamente aos Fundos Comunitários, não houve lugar a nenhum tipo de reembolso.



Durante o ano de 2012, com os avultados investimentos necessários para o incremento da actividade desta empresa, houve necessidade de recorrer ao crédito bancário, através de contratos de abertura de crédito, no valor global de 1.464.000€. De referir, igualmente, que no presente ano também se amortizaram empréstimos contraídos anteriormente no valor total de 1.134.707,27€. A 31 de Dezembro de 2012 o montante acumulado de empréstimos obtidos cifrava-se nos 7.962.412,33€.



3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

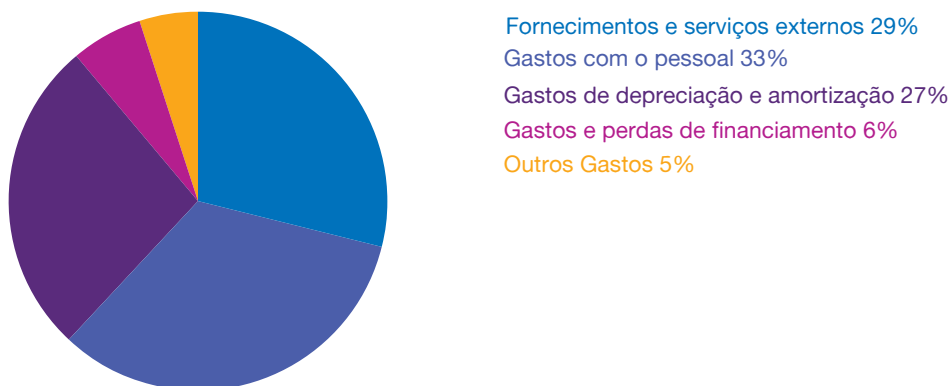
Foram praticadas, por tonelada, as seguintes tarifas durante o ano 2012:

Unidade: **Euro**

RSU's	16,39
RIB's	33,00
Areias Fundição	16,60
Resíduos Construção	6,00

Relativamente aos Gastos, que ascenderam em 2012 aos 5.500.000€, há a destacar as seguintes rubricas:

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	Δ% 2011/2012
Fornecimentos e serviços externos	1 340 849,09	1 744 476,25	1 522 889,04	1 712 442,81	1.591.094,88	-7,09%
Gastos com o pessoal	1 238 525,62	1 525 270,33	1 611 131,22	1 724 760,28	1.807.151,60	4,78%
Gastos de depreciação e de amortização	1 342 766,29	1 338 523,65	1 409 175,57	1 434 953,84	1.511.941,82	5,37%
Gastos e perdas de financiamento	5 684,57	18 785,44	67 742,07	220 939,19	341.575,18	54,60%
Gastos Totais	4 135 107,02	4 849 145,10	4 895 115,25	5 321 983,48	5.524.912,12	3,81%

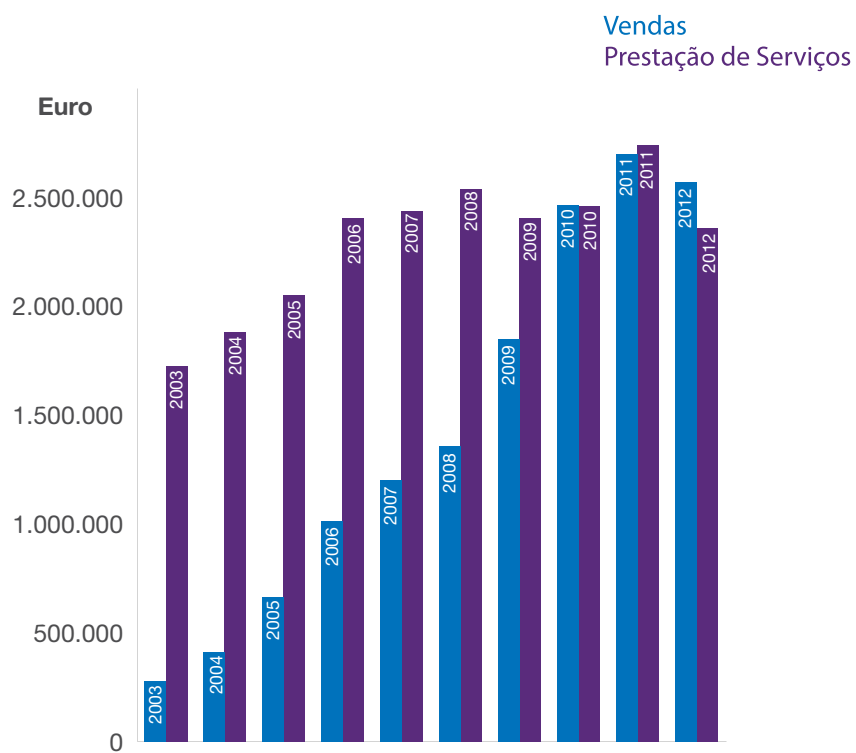
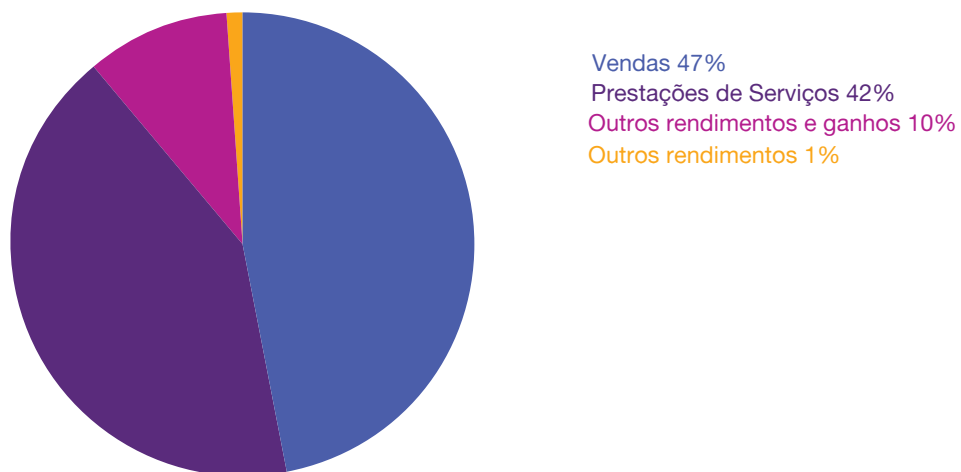


Quanto aos **Rendimentos**, que em 2012 perfizeram um montante global de 5.574.141,38€, convém destacar o **volume de negócio**, que registou um valor total de **4.924.944,95€**, verificando-se assim, um decréscimo comparativamente com o ano anterior devido, possivelmente, à actual conjuntura económica.

De salientar que as **vendas**, que englobam a venda dos produtos para valorização e a venda de energia eléctrica relativa à valorização energética do biogás produzido no aterro sanitário, sofreram, igualmente, um decréscimo de sensivelmente 4,82%.

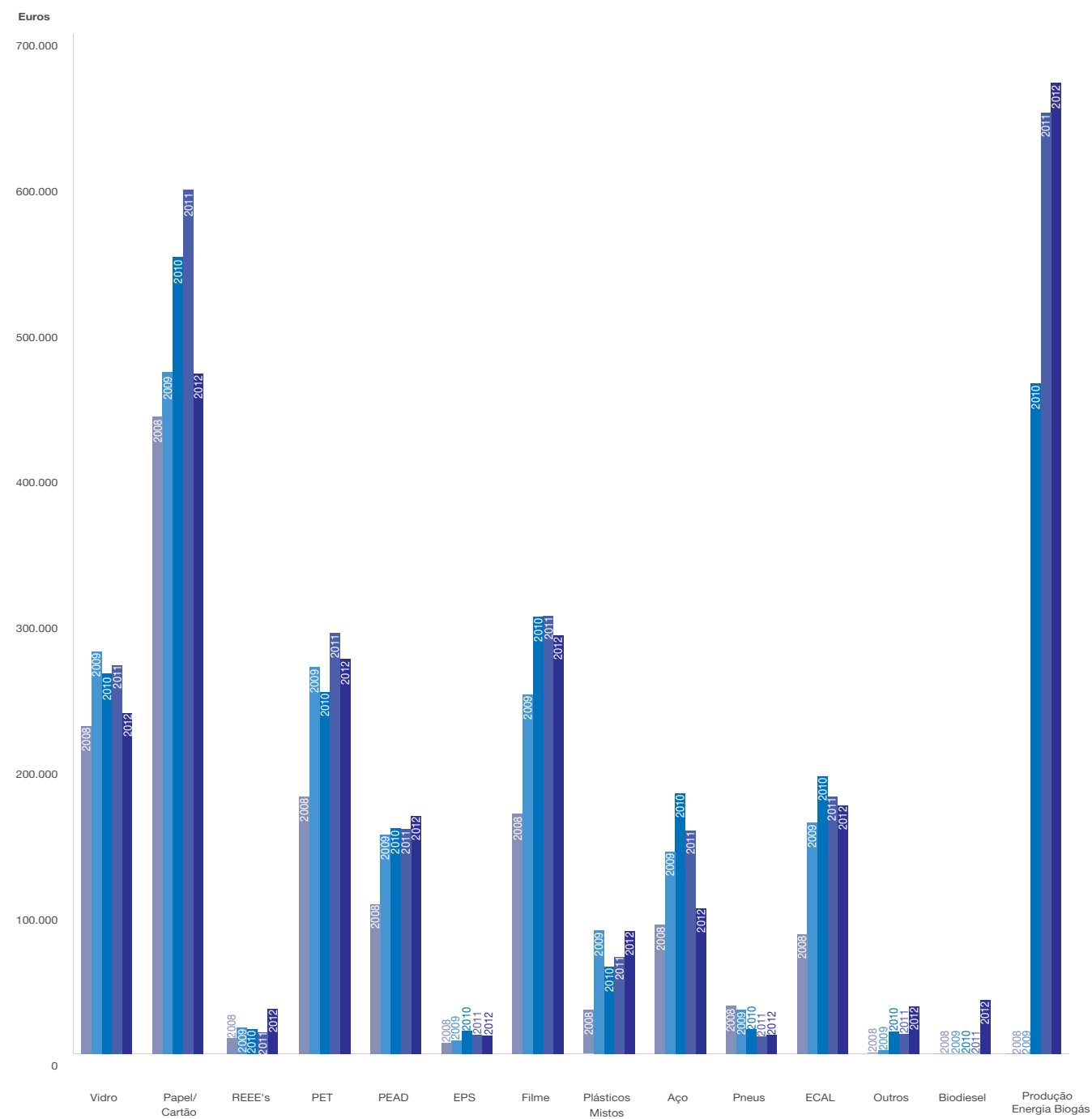
As **prestações de serviços**, que abrangem os resíduos depositados em aterro, em 2012, decaíram substancialmente, como se pode verificar no quadro que se segue:

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	Δ % 2011/2012
Vendas	1 357 454,45	1 848 216,72	2 464 422,69	2 698 059,55	2.568.077,85	-4,82%
Prestações de Serviços	2 538 800,63	2 405 822,95	2 460 944,31	2 738 939,42	2.356.867,51	-13,95%
Outros rendimentos e ganhos	621 602,50	675 341,88	571 725,20	558 641,24	568.936,65	1,84%
Rendimentos Totais	4 583 618,14	4 986 557,55	5 538 502,77	6 115 526,32	5.574.141,38	-8,85%



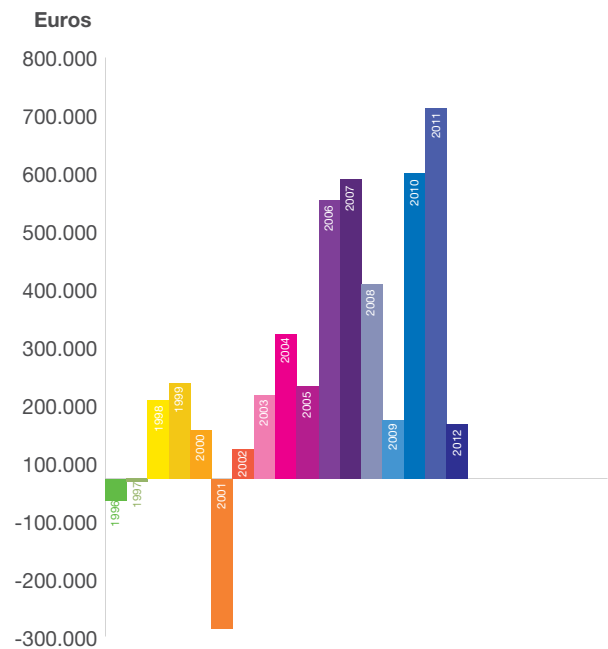
Ainda relativamente às vendas, convém especificar estas, isto é:

VENDAS						
	2008	2009	2010	2011	2012	Var.% 2011/2012
Vidro	224.947,52	276.038,20	261.000,70	266.654,66	233.777,46	-12,33%
Papel/Cartão	436.933,02	467.788,29	546.889,26	592.595,88	466.830,88	-21,22%
REEE's	10.755,12	18.203,60	16.933,42	14.694,86	30.848,27	109,93%
Plásticos						
PET	176.668,01	265.237,43	248.059,86	288.685,22	270.821,76	-6,19%
PEAD	102.594,64	150.412,93	154.643,66	154.160,08	163.213,76	5,87%
EPS	7.272,02	9.238,04	15.659,34	12.900,88	12.535,68	-2,83%
Filme	164.595,28	246.605,64	300.030,96	300.640,00	286.800,56	-4,57%
Plásticos Mistos	30.010,26	84.804,40	59.549,70	66.679,20	84.005,60	25,98%
Sub-total Plásticos	481.140,21	756.298,44	777.943,52	823.065,38	817.467,36	-0,68%
Aço	88.399,09	138.713,11	178.910,16	153.135,65	99.592,80	-34,96%
Pneus	32.910,72	30.444,75	16.680,25	12.025,00	12.892,00	7,21%
ECAL	81.826,00	158.451,29	190.615,02	176.755,21	170.554,08	-3,51%
Outros	542,77	2.279,04	15.208,63	13.590,39	32.737,19	140,88%
Biodiesel	0,00	0,00	0,00	0,00	36.931,21	
Produção Energia Biogás	0,00	0,00	460.241,73	645.542,52	666.446,60	3,24%
TOTAL	1.357.454,45	1.848.216,72	2.464.422,69	2.698.059,55	2.568.077,85	-4,82%



Vendas

No presente exercício obteve-se um **Resultado Líquido** de **102.783,41€**, registando-se assim, um decréscimo no resultado em relação ao ano anterior.



Para finalizar a análise económico-financeira, o quadro abaixo sintetiza os principais indicadores, do ano 2008 a 2012:

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	Δ % 2011/2012
Solvabilidade	132,87%	95,58%	74,06%	74,09%	98,68%	33,19%
Autonomia Financeira	66,06%	47,83%	42,55%	42,56%	49,67%	16,70%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	9,04%	2,87%	9,07%	7,25%	0,62%	-91,41%
Volume de Negócios	3.896.255,08	4.254.039,67	4.925.367,00	5.436.998,97	4.924.945,36	-9,42%
Financiamentos Obtidos	0,00	1.145.000,00	4.836.250,00	7.633.120,00	7.962.412,33	4,31%
Total do Activo	10.113.981,18	11.727.122,86	15.027.746,34	22.806.892,31	33.229.135,14	45,70%
Total do Passivo	6.034.133,76	7.887.147,97	8.633.898,30	13.100.530,66	16.724.982,84	27,67%
Capital Próprio	4.079.847,42	3.839.994,68	6.393.848,04	9.706.361,65	16.504.152,30	70,03%
Resultado Líquido	368.648,64	110.363,47	579.973,31	703.924,71	102.783,41	-85,40%

Não existem dívidas em mora às Finanças e à Segurança Social.

4. FUNDO DE RENOVAÇÃO DO EQUIPAMENTO E FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Para cumprimento das Cláusulas 12ª e 17ª do contrato de concessão, que obrigam a empresa à constituição do Fundo de Renovação de Equipamento e do Fundo de Reconstituição do Capital Social assim que inicie a actividade de exploração.

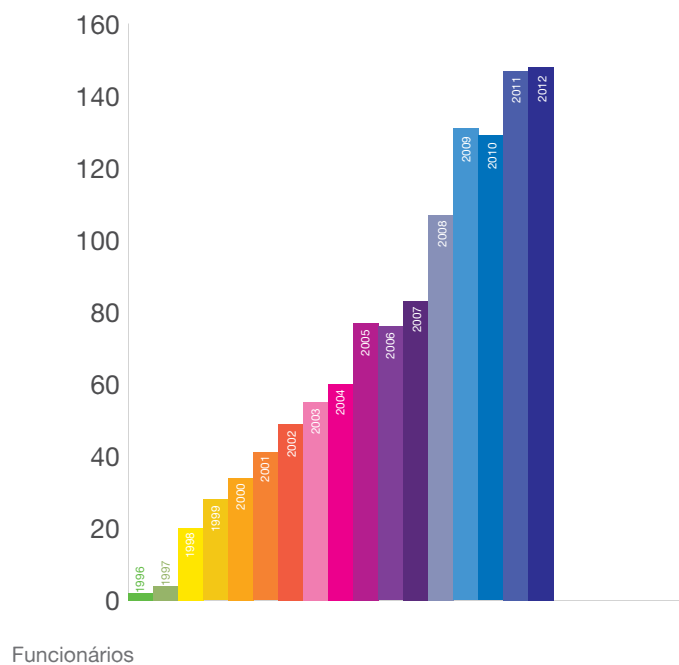
De salientar, que relativamente ao Fundo de Renovação do Equipamento, o Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) propôs a aprovação e sequente publicação de um despacho onde está previsto acabar com o Fundo em causa. Consequentemente, a Braval optou pela sua não constituição.

A Administração considerou constituir em 2012 o Fundo no valor de:

Unidade: Euro	
Fundo de Reconstituição do Capital Social	80.818 €

5. RECURSOS HUMANOS

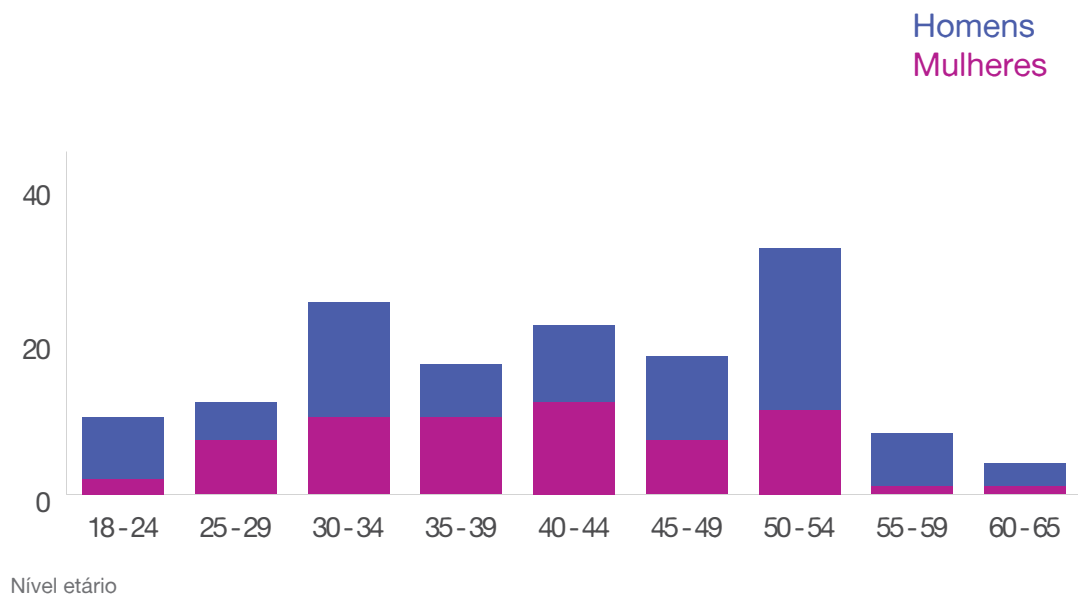
A 31 de Dezembro de 2012, a empresa tinha ao seu serviço **148** funcionários. Em 2012 foram admitidos 4 colaboradores e verificaram-se 3 saídas.



A afectação destes profissionais por área de actividade foi a seguinte:

Actividade	Número Funcionários
Órgãos Sociais	2
Pessoal Sede	12
Aterro	10
Manutenção Instalações	10
Biodiesel	2
Estação de Transferência	1
Transporte de RSU's	1
Recolha Selectiva	30
Estação de Triagem	70
Ecopontos	5
Biogás	2
ETAL	3

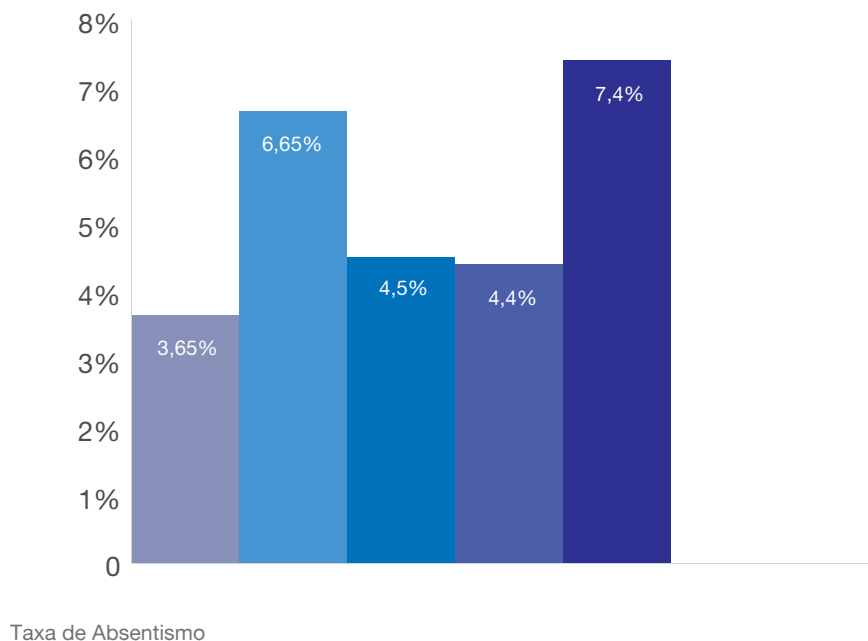
Quanto ao **nível etário**, verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:



Nível Etário	Mulheres	Homens	Total
18 - 24	2	8	10
25 - 29	7	5	12
30 - 34	10	15	25
35 - 39	10	7	17
40 - 44	12	10	22
45 - 49	7	11	18
50 - 54	11	21	32
55 - 59	1	7	8
60 - 65	1	3	4
Total	61	87	148

A **taxa de absentismo**, em 2012 esta foi de 7,4%, registando-se assim, um aumento de 2,6% face a 2011.

As baixas médicas, baixas de seguro e licenças parentais, foram as rubricas que, por esta ordem, mais contribuíram para a taxa de absentismo total.



Relativamente ao **Plano de Formação**, elaborado com base no levantamento de necessidades, foram realizadas as seguintes acções de formação no ano 2012:

Acção	N.º horas / acção	N.º participantes	N.º horas total
Tacógrafos e Livrete Individual de Controlo	15	20	300
Formação de Motoristas (CAM)	35	19	665
Excel	21	6	126
Saúde e Socorrismo	18	15	270
TOTAL			1.361

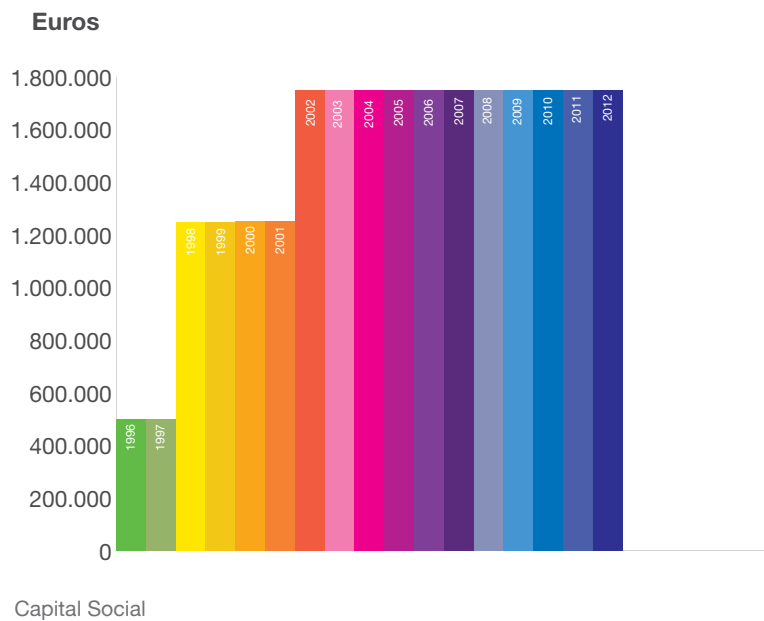
É ainda importante referir que o levantamento de necessidades que deu origem ao programa de formação foi efectuado por entidade externa num modelo da mesma entidade, servindo de base para a elaboração do Programa de Formação. Houve necessidade de realizar algumas acções de sensibilização interna durante o ano de 2012, como é o caso de: Integração de novos colaboradores, sensibilizações decorrentes de acidentes relativamente ao uso de EPI, correcta movimentação manual de cargas, adopção de posturas correctas e cuidados a ter durante a recolha de ecopontos, entre outras.

Estas acções de sensibilização são registadas em impresso próprio onde é descrito todo o conteúdo da mesma.

6. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social desta empresa tem-se mantido inalterado desde 2002.

O histórico do Capital Social é o seguinte:



7. OBJECTIVOS PARA O ANO 2013

De forma a cumprir as metas de desvio de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) de aterro, definidas no Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos II (PERSU II), este será o ano da conclusão da ampliação da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e Central de Valorização Orgânica. O co-financiamento ao abrigo do Programa Operacional de Valorização do Território, do QREN, para fazer face ao investimento de cerca de 12 milhões de euros, foi revisto em alta, obtendo agora uma taxa de co-financiamento de 85%, um aumento de 15% face à taxa inicialmente aprovada. Prevê-se igualmente proceder, no último trimestre, aos testes e arranque da unidade e, desta forma, iniciar a valorização de RUB, diminuindo a sua deposição em aterro sanitário, e aumentando as receitas por via do aumento da exportação de energia eléctrica, produzida através do biogás gerado na unidade.

Em 2013 arrancará a exploração do novo aterro sanitário, dotado de 1 alvéolo exclusivamente para deposição de resíduos industriais não perigosos, totalmente construído com recurso a capitais próprios e, conforme definido pela tutela e entidade reguladora, com exploração autónoma das restantes unidades da empresa.

Em consonância com a directriz da Assembleia-Geral de Accionistas, a construção do canil/gatil intermunicipal com cremador para animais de companhia - para uso dos 6 concelhos do Sistema – está dependente da obtenção de comparticipação comunitária, no âmbito de projectos integrados no QREN. A este respeito, a BRAVAL manterá os contactos com as diversas entidades oficiais responsáveis pelos diferentes programas comunitários, de forma a obter o financiamento necessário.

Por último, este será mais um ano para a consolidação do novo paradigma na gestão de resíduos - iniciado há já alguns anos – de tratamento e valorização, por oposição à eliminação directa em aterro sanitário tornando-se, cada vez mais, num verdadeiro Ecoparque!

8. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido obtido no exercício de 2012 foi de **102.783,41** euros.

Propõem-se que este resultado tenha a seguinte distribuição:

Reservas Legais: 5.139,17€

Dividendos: 97.644,24€

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu profundo reconhecimento:

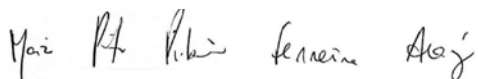
- À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Norte e ao Programa Operacional de Valorização do Território;
- À Agere e às Câmaras Municipais de Braga, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Amares, Vila Verde e Terras de Bouro pela confiança demonstrada neste Projecto;
- A todos quantos colaboraram com a Empresa, pela dedicação e empenho.

Braga, 1 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração



(Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa)



(Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira de Araújo)



(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)

10. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

ANEXO PARA CUMPRIMENTO DOS ARTIGOS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS:

Os membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização não detêm acções ou obrigações de outras sociedades que relativamente à BRAVAL estejam numa relação de domínio ou de grupo.

A lista de accionistas que em 31 de Dezembro de 2012 são titulares de pelo menos 1/10, 1/3 ou metade do capital, é a seguinte:

- AGERE-EM – 79%.

III CONTAS



1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1 Balanço

Braga, 1 de Fevereiro de 2013

TÉCNICO DE CONTAS

(Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa)

(Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira de Araújo)

(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)

Balanço Individual do período findo em 31.12.2012 e 31.12.2011			Unidade Monetária: Euro	
RUBRICAS		Notas	Datas	
ATIVO			31.12.2012	31.12.2011
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais			654.387,85	711.641,63
Edifícios e outras construções			4.679.204,78	4.761.327,83
Equipamento básico			2.301.309,50	2.633.492,44
Equipamento de transporte			243.397,64	366.645,12
Equipamento administrativo			48.959,84	61.086,46
Outros ativos fixos tangíveis				0,00
Investimentos em curso			10.148.346,24	9.147.842,64
Outros ativos financeiros			1.030.142,04	949.324,04
Ativos por impostos diferidos			41,75	143,78
			19.105.789,64	18.631.503,94
ATIVO CORRENTE				
Inventários			18.280,15	4.476,58
Ativos biológicos				
Clientes			1.305.668,39	1.223.364,57
Adiantamentos a fornecedores				
Estado e outros entes públicos			164.027,26	283.944,50
Acionistas/Sócios				
Outras contas a receber			11.230.506,59	452.284,56
Diferimentos			166.724,00	189.875,56
Ativos financeiros detidos para negociação				
Outros ativos financeiros				
Ativos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos bancários			1.236.139,11	2.021.442,60
			14.123.345,50	4.175.388,37
			33.229.135,14	22.806.892,31
TOTAL DO ATIVO				
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital realizado			1.750.000,00	1.750.000,00
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão				
Reservas legais			197.460,07	162.263,83
Outras reservas			28.825,83	28.825,83
Resultados transitados			928.302,48	1.006.713,23
Ajustamentos em ativos financeiros				
Excedentes de revalorização				
Outras variações no capital próprio			13.496.780,51	6.054.634,05
Resultado líquido do período			102.783,41	703.924,71
Interesses minoritários				
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO			16.504.152,30	9.706.361,65
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões			1.457.544,19	1.348.209,31
Financiamentos obtidos			6.547.482,32	6.685.987,70
Acionistas/Sócios			1.219.703,11	550.974,64
Responsabilidades por benefícios pós-emprego				
Passivos por impostos diferidos			4.498.926,85	2.018.211,36
Outras contas a pagar				
			13.723.656,47	10.603.383,01
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores			387.840,58	254.733,26
Adiantamentos de clientes				
Estado e outros entes públicos			71.822,68	61.106,91
Acionistas/Sócios				0,00
Financiamentos obtidos			1.548.411,17	1.196.251,84
Outras contas a pagar			993.251,94	985.055,64
Diferimentos				
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros				
Passivos não correntes detidos para venda				
			3.001.326,37	2.497.147,65
			16.724.982,84	13.100.530,66
			33.229.135,14	22.806.892,31
TOTAL DO PASSIVO				
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO				

1.2 Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2012 e 31.12.2011

Unidade monetária: **Euro**

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2012	2011
Vendas e serviços prestados	+	11	4.924.945,36	5.436.998,97
Subsídios à exploração	+		18.697,25	56.344,26
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-			
Variação nos inventários da produção	+/-			
Trabalhos para a própria entidade	+			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-			
Fornecimentos e serviços externos	-		(1.591.094,88)	(1.712.442,81)
Gastos com pessoal	-	17	(1.807.151,60)	(1.724.760,28)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	9	(4.520,61)	5.406,79
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	12	(109.334,88)	(109.334,88)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-			
Outros rendimentos e ganhos	+	19.3	568.936,65	558.641,24
Outros gastos e perdas	-	19.4	(158.695,21)	(119.321,70)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		1.841.782,08	2.391.531,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	6.3	(1.511.941,82)	(1.434.953,84)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		329.840,26	956.577,75
Juros e rendimentos similares obtidos	+	19.6	60.964,18	57.004,28
Juros e gastos similares suportados	-	19.5	(341.575,18)	(220.939,19)
Resultado antes de impostos	=		49.229,26	793.542,84
Imposto sobre rendimento do período	-/+	15	53.554,15	(89.618,13)
Resultado líquido do período	=		102.783,41	703.924,71

Braga, 1 de Fevereiro de 2013

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

TÉCNICO DE CONTAS



(Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha)



(Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa)



(Sr. Luís Jorge Amarô da Costa)



(Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira de Araújo)

1.3 Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Entidade: BRAVAL, Valorização Tratamento Resíduos Sólidos, S.A.

Unidade Monetária: Euro

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2011

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA MÃE												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2011	1	1 750 000,00				133 265,16	28 825,83	1 056 076,41			2 845 707,33	579 973,31	6 393 848,04		6 393 848,04
Alterações no período															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos								-49 363,18			-1 516 027,71		-1 565 390,89		-1 565 390,89
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						28 998,67					4 724 954,43	-579 973,31	4 173 979,79		4 173 979,79
	2					28 998,67		-49 363,18			3 208 926,72	-579 973,31	2 608 588,90		2 608 588,90
Resultado Líquido do período	3											703 924,71	703 924,71		703 924,71
Resultado integral	4 = 2 + 3											123 951,40	3 312 513,61		3 312 513,61
Operações com detentores de capital no período															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições													0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	5							0,00				0,00	0,00		0,00
Posição no fim do período 2011	6=1+2+3+5	1 750 000,00				162 263,83	28 825,83	1 006 713,23			6 054 634,05	703 924,71	9 706 361,65		9 706 361,65

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2012

Unidade monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA MÃE												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2012	6	1 750 000,00				162 263,83	28 825,83	1 006 713,23			6 054 634,05	703 924,71	9 706 361,65		9 706 361,65
Alterações no período															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													0,00		
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos								-78 410,75			78 410,75		0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						35 196,24					7 363 735,71	-703 924,71	6 695 007,24		6 695 007,24
	7					35 196,24		-78 410,75			7 442 146,46	-703 924,71	6 695 007,24		6 695 007,24
Resultado Líquido do período	8											102 783,41	102 783,41		102 783,41
Resultado integral	9=7+8											-601 141,30	6 797 790,65		6 797 790,65
Operações com detentores de capital no período															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições													0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
	10							0,00					0,00		0,00
Posição no fim do período 2012	6+7+8+10	1 750 000,00				197 460,07	28 825,83	928 302,48			13 496 780,51	102 783,41	16 504 152,30		16 504 152,30

Braga, 1 de Fevereiro de 2013

TÉCNICO DE CONTAS

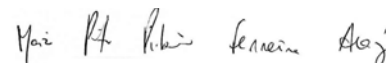


(Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



(Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa)



(Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira de Araújo)



(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)

1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

emonstração individual de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2012 e 31.12.2011

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS		NOTAS	Períodos	
			2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo				
Recebimentos de clientes	+		4 837 477,27	5 592 863,68
Pagamentos a fornecedores	-		-1 471 868,73	-1 782 360,00
Pagamentos ao pessoal	-		-1 769 034,69	-1 698 734,26
Caixa gerada pelas operações	+/-		1 596 573,85	2 111 769,42
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		-142 436,45	-204 586,93
Outros recebimentos/pagamentos	+/-		363 767,73	78 886,15
Fluxos de caixa das actividades operacionais	+/-	(1)	1 817 905,13	1 986 068,64
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-		-2 499 933,57	-8 175 388,28
Activos intangíveis	-			
Investimentos financeiros	-		-80 818,00	-80 818,00
Outros activos	-			
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis	+		46 500,00	32 713,57
Activos intangíveis	+			
Investimentos financeiros	+			
Outros activos	+			
Subsídios ao investimento	+			4 605 789,54
Juros e rendimentos similares	+		60 964,18	57 904,28
Dividendos	+			
Fluxos de caixa das actividades de investimento	+/-	(2)	-2 473 287,39	-3 559 798,89
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	+		7 684 922,27	3 409 500,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+			
Cobertura de prejuizos	+			
Doações	+			
Outras operações de Financiamento	+			
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-		-7 471 268,32	-606 690,12
Juros e gastos similares	-		-341 575,18	-220 939,19
Dividendos	-			-82 242,20
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-			
Outras operações de financiamento	-			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		(3)	(127 921,23)	2 499 628,49
Variação de caixa e seus equivalentes		(1)+(2)+(3)	(783 303,49)	925 898,24
Efeito das diferenças de câmbio	+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-		2 021 442,60	1 095 544,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	4	1 238 139,11	2 021 442,60

Braga, 1 de Fevereiro de 2013

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

TÉCNICO DE CONTAS



(Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa)



(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)



(Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha)

Yai P4 Rina Ferreira Agó

(Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira de Araújo)

2. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1. Nota introdutória

A BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. é uma sociedade anónima a qual tendo sido constituída em 6 de Agosto de 1996, conforme o Decreto-Lei nº 117/96, tem como actividade principal o tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos.

Para a concretização do seu objecto social foi atribuída uma concessão à empresa pelo Estado Português, em regime de exclusividade por um prazo de 25 anos (fim em 2021), na qual são estabelecidas as regras de exploração e gestão do sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado.

O contrato de concessão estabelece os critérios de fixação e aprovação das tarifas, a praticar pela empresa em cada ano, de modo a garantir um adequado equilíbrio financeiro da concessão obedecendo aos seguintes critérios:

- I. Assegurar, dentro do período da concessão, a amortização do montante efectivo do investimento inicial a cargo da concessionária, deduzido das participações e subsídios a fundo perdido;
- II. Assegurar o bom funcionamento, conservação e segurança de todos os bens afectos à concessão, bem como a substituição prevista desses bens;
- III. Atender ao nível de custos necessários para uma gestão eficiente do sistema e à existência de receitas não provenientes da tarifa;
- IV. Assegurar o pagamento dos encargos de funcionamento da entidade reguladora a suportar pela concessionária, bem como assegurar uma adequada remuneração dos capitais próprios da concessionária.

1.1 – Identificação da Entidade

1. Designação da entidade: BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.
2. Sede: Praça do Município – Edifício da Câmara Municipal de Braga
3. Natureza da actividade: Actividades de recolha selectiva, triagem, tratamento e valorização

- de resíduos sólidos.
4. Designação da empresa mãe: AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.
 5. Sede da empresa mãe: Praça Conde Agrolongo, 115, S. João do Souto - Braga

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Retificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas);
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas de Relato Financeiro);
- Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para pequenas entidades);
- Aviso nº 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas).

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas para o fim do exercício, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime do acréscimo, com expressão dos respectivos montantes em euros.

3. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, entendido como o custo de aquisição.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Não existem situações que afectem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

As políticas contabilísticas são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicos aplicados pela entidade na preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Seguem-se as políticas contabilísticas adoptadas pela entidade:

PRINCIPAIS BASES DE MENSURAÇÃO	INICIAL	SUBSEQUENTE
Impostos sobre o rendimento	Quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço (método dos impostos diferidos).	
Activos Fixos Tangíveis	O Custo corresponde ao preço de compra no momento da sua aquisição ou construção acrescido dos direitos de importação, impostos de compra não reembolsáveis, custos necessários para o colocar em funcionamento, custos de desmantelamento e remoção relacionados com o bem, considerando ainda os descontos e abatimentos.	Modelo do Custo: Registado ao custo, menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, a partir do método de quotas constantes, aplicadas anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada.
Locação Financeira	Os activos e passivos são reconhecidos pelo mínimo entre o justo valor do bem à data de início de contrato e o valor atual dos pagamentos. Quaisquer custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.	Os pagamentos mínimos da locação financeira devem ser repartidos entre o encargo financeiro imputado a cada período durante o prazo da locação e a redução do passivo pendente.
Instrumentos Financeiros	Registados ao custo, uma vez que se considerou imaterial e não racional do ponto de vista económico a utilização do custo amortizado.	
Inventários	Menor entre o custo (preço de compra, os direitos de importação e os impostos de compra não dedutíveis, os custos de transporte e de manuseamento e outros directamente atribuíveis à aquisição, deduzido dos descontos comerciais e abatimentos) e o valor realizável líquido (preço de venda normal estimado menos os custos estimados de conclusão, caso existam, e os custos estimados necessários para efectuar a venda).	
Diferimentos / Outros devedores por acréscimos de rendimentos / outros credores por acréscimos de gastos	A empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas e da existência. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.	
Provisões	Reconhecidas à melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar obrigação presente à data do balanço.	
Dívidas de terceiros	As dívidas de terceiros estão registadas pelo seu valor esperado de realização.	
Dívidas a terceiros	As dívidas a terceiros estão registadas pelo método do custo.	

4. Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2012, a entidade preparou a demonstração dos fluxos de caixa pelo método directo, sendo que a rubrica de Caixa e seus equivalentes, constantes da demonstração de fluxos de caixa e balanço, tem a seguinte decomposição:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS CONSTANTES DO BALANÇO	31.12.2012			31.12.2011		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa Fixo	1.079,94	0,00	1.079,94	327,06	0,00	327,06
Depósitos à Ordem	1.237.059,17	0,00	1.237.059,17	2.021.115,54	0,00	2.021.115,54
TOTAL	1.238.139,11	0,00	1.238.139,11	2.021.442,60	0,00	2.021.442,60

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso, não existindo quaisquer valores caucionados a favor de terceiros.

5. Partes Relacionadas

O Capital Social no valor de 1.750.000,00€ é representado por 350.000 acções da classe A, com valor nominal de 5€ cada acção.

Em 31 de Dezembro de 2012, são titulares do Capital Social da BRAVAL, as entidades que se seguem com as respectivas participações:

ACCIONISTA	%	MONTANTE
AGERE	79,0%	1.382.500,00
C.M. PÓVOA DE LANHOSO	4,2%	73.500,00
C.M. VIEIRA DO MINHO	5,7%	99.750,00
C.M. VILA VERDE	5,0%	87.500,00
C.M. AMARES	3,7%	64.750,00
C.M. TERRAS DE BOURO	2,4%	42.000,00
TOTAL	100%	1.750.000,00

No decurso do exercício económico 2012 os saldos e as transacções efectuadas com partes relacionadas são os que se apresentam de seguida:

Entidade	31.12.2012					31.12.2011				
	Saldo			Transacções		Saldo			Transacções	
	Contas a receber	Contas a pagar	Accionistas	Compras	Serviços Prestados	Contas a receber	Contas a pagar	Accionistas	Compras	Serviços Prestados
AGERE	456.806,71	9.262,02	963.565,46	30.225,81	1.118.394,27	160.880,29	2.229,62	435.269,97	21.495,02	1.178.139,46
C.M. PÓVOA DE LANHOSO	32.020,49	-	51.227,53	-	103.727,61	36.061,00	-	23.140,93	0,00	108.487,90
C.M. VIEIRA DO MINHO (EPMAR E.M.)	17.601,92	11,18	69.523,08	111,35	55.617,62	33.389,37	15,69	31.405,56	159,10	57.771,98
C.M. VILA VERDE	38.889,44	-	60.985,15	-	185.476,78	84.438,38	-	27.548,73	0,00	195.700,53
C.M. AMARES	29.284,03	-	45.129,01	-	86.251,43	30.824,78	-	20.386,06	0,00	89.722,22
C.M. TERRAS DE BOURO	5.528,90	-	29.272,88	-	32.327,64	10.136,66	-	13.223,39	0,00	35.107,22
TOTAL	580.131,49	9.273,20	1.219.703,11	30.337,16	1.581.795,35	355.730,48	2.245,31	550.974,64	21.654,12	1.664.929,31

6. Activos Fixos Tangíveis

6.1 Bases de mensuração

Os activos fixos tangíveis são mensurados pelo custo, nele compreendendo o respectivo preço de compra (incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos), quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar os activos na localização e condição necessárias para que sejam capazes de funcionar de forma pretendida.

6.2 Vidas úteis

As depreciações foram calculadas em função da vida útil estimada pela Administração para cada um dos activos adquiridos (sempre que esta for inferior ao período remanescente da concessão). Se a vida útil dos activos for superior ao período remanescente para o fim da concessão utiliza-se esse período como base de depreciação sistemática.

6.3 Métodos de depreciação

O método de depreciação utilizado é o da linha recta, iniciando quando os activos se encontram disponíveis para uso.

Rubrica	2012			2011		
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos	1.123.806,13	469.418,28	654.387,85	1.112.357,63	400.716,00	711.641,63
Edifícios Outras Construções	12.216.969,78	7.537.765,00	4.679.204,78	11.835.201,45	7.073.873,62	4.761.327,83
Equipam. Básico	9.702.972,06	7.401.662,56	2.301.309,50	9.240.916,40	6.607.423,96	2.633.492,44
Equipam. Transporte	1.362.253,29	1.118.855,65	243.397,64	1.362.253,29	995.608,17	366.645,12
Equipam. Administrativo	382.521,19	333.561,35	48.959,84	371.691,83	310.605,37	61.086,46
Outros Activos fixos tangíveis	41.609,36	41.609,36	0,00	41.609,36	41.609,36	0,00
Investimentos em curso	10.148.346,24	0,00	10.148.346,24	9.147.842,64	0,00	9.147.842,64
Total	34.978.478,05	16.902.872,20	18.075.605,85	33.111.872,60	15.429.836,48	17.682.036,12

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Revalorizações	Depreciações	Perdas por imparidade	Abates	Transferências	Quantia Escriturada Final
Terrenos	711.641,63	0,00	0,00	68.702,28	0,00	0,00	11.448,50	654.387,85
Edifícios e Outras Construções	4.761.327,83	3.000,00	0,00	463.891,38	0,00	0,00	378.768,33	4.679.204,78
Equipam. Básico	2.633.492,44	430.001,76	0,00	833.144,70	0,00	0,00	70.960,00	2.301.309,50
Equipam. Transporte	366.645,12	0,00	0,00	123.247,48	0,00	0,00	0,00	243.397,64
Equipam. Administrativo	61.086,46	10.829,36	0,00	22.955,98	0,00	0,00	0,00	48.959,84
Outros Activos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em curso	9.147.842,64	1.461.680,43	0,00	0,00	0,00	0,00	-461.176,83	10.148.346,24
Total	17.682.036,12	1.905.511,55	0,00	1.511.941,82	0,00	0,00	0	18.075.605,85

7. Locações

Em 2012 não foram celebrados novos contratos de locação financeira, no entanto mantêm-se os contratos que haviam sido celebrados e cujo capital em dívida não foi ainda totalmente amortizado, conforme exposto no quadro seguinte:

Activos financiados através de locação financeira						31.12.2012					31.12.2011		
	Locadora	Contrato	Data de início locação	Prazo	Custo Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Capital em Dívida	A liquidar em 1 ano	A liquidar após 1 ano	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Capital em Dívida
Viatura 21-FM-91	Millennium	400083862	25-11-2008	48 meses	20.335,42	20.335,42	0,00	0,00	0,00	0,00	15.675,11	4.660,31	4.722,13
Viatura 98-HE-06	Millennium	400083864	15-02-2008	48 meses	20.417,80	19.567,05	850,75	848,22	848,22	0,00	14.462,59	5.955,21	6.014,46
Gruas	Santander	185178	15-07-2009	48 meses	49.980,00	21.866,31	28.113,69	10.827,82	10.827,82	0,00	15.618,87	34.361,13	22.299,25
Compactador	Santander	185180	01-07-2009	48 meses	114.500,00	66.764,93	47.735,07	24.813,48	24.813,48	0,00	47.689,21	66.810,79	51.091,28
Viatura 31-HT-29	Santander	185174	01-07-2009	48 meses	77.500,00	45.190,27	32.309,73	16.789,06	16.789,06	0,00	32.278,79	45.221,21	34.575,35
Viatura 10-HT-22	Santander	185172	01-07-2009	48 meses	77.500,00	45.190,27	32.309,73	16.789,06	16.789,06	0,00	32.278,79	45.221,21	34.575,35
Viatura 78-LX-90	Mercedes Benz	58239	20-07-2011	48 meses	104.500,00	24.663,76	79.836,24	63.413,52	23.343,53	40.069,99	7.254,05	97.245,95	95.842,12
Total					464.733,22	243.578,01	221.155,21	133.481,16	93.411,17	40.069,99	165.257,41	299.475,81	249.119,94

8. Custo de empréstimos obtidos

Do quadro que se segue resultam os valores suportados pela BRAVAL, a título de juros suportados com os empréstimos obtidos junto de instituições financeiras. Naturalmente que o aumento do nível de endividamento da empresa, conduziu a um aumento global dos gastos de carácter financeiro.

Empréstimos Bancários	31.12.2011	Amortizações	Utilizações	31.12.2012	Juros Suportados
Banif	4.400.000,00	5.900.000,00	5.900.000,00	4.400.000,00	218.214,42
Santander Totta	2.520.619,60	1.305.629,54	1.784.922,27	2.999.912,33	63.375,04
Millennium BCP	712.500,00	150.000,00	0	562.500,00	32.168,47
Total	7.633.119,60	7.355.629,54	7.684.922,27	7.962.412,33	313.757,93

Os custos são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

9. Imparidade de Activos

A administração efectuou uma rigorosa e criteriosa análise dos clientes cuja cobrabilidade estaria em causa e que por isso qualificou como clientes de cobrança duvidosa.

Da referida análise resultou o aumento no montante de 5.118,55€ dos clientes de cobrança duvidosa e por outro a diminuição em 597,94€ considerando os recebimentos de clientes que haviam sido considerados de cobrança duvidosa em períodos anteriores.

Deste efeito combinado resultou o saldo final de clientes de cobrança duvidosa no montante de 72.273,51€.

Posto isto, atendendo ao montante já reflectido em gastos em períodos anteriores, considerou-se como gasto do exercício 2012, o montante de 5.118,55€.

Por outro lado, reverteu-se a perda por imparidade relevada em anos anteriores no montante de 597,94€, pelo que o saldo final da conta de perdas por imparidade acumuladas expressa o exacto montante dos clientes de cobrança duvidosa -72.273,51€.

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período			Activos fixos tangíveis	Propried. Investim.	Activos Intangíveis	Investim. Financeiros	Investim. Curso	Inventários	Clientes	Outros Devedores	Totais
31.12.2012	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.118,55	0,00	5.118,55
		Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-597,94	0,00	-597,94
		Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.520,61	0,00	4.520,61
31.12.2011	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230,78	0,00	230,78
		Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.637,57	0,00	-5.637,57
		Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.406,79	0,00	-5.406,79

10. Inventários

Quantias escrituradas	31.12.2012			31.12.2011		
	Quantias brutas	Perdas Imp. Acumuladas	Quantias liquidas	Quantias brutas	Perdas Imp. Acumuladas	Quantias liquidas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias Primas, Subsidiárias	18.280,15	0,00	18.280,15	4.476,58	0,00	4.476,58
Totais	18.280,15	0,00	18.280,15	4.476,58	0,00	4.476,58

QUANTIAS DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERÍODO			31.12.2012			31.12.2011		
			Mercadorias	Mat. Prim., Subsidiárias	Totais	Mercadorias	Mat. Prim., Subsidiárias	Totais
Mercadorias	Inventários no começo do período	+	0,00	4.476,58	4.476,58	0,00	3.362,04	3.362,04
	Compras	Compras	0,00	407.843,79	407.843,79	0,00	381.566,29	381.566,29
		Devoluções de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Descontos e abatimentos em compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Reclassific. e Regulariz.	Reclassificações	+/-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Perdas em sinistros	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Perdas por quebras	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Outras perdas	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Ofertas e amostras	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Ganhos em sinistros	+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Ganhos por sobras	+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Outros ganhos	+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inventários no fim do período	-	0,00	18.280,15	18.280,15	0,00	4.476,58	4.476,58
Perdas em inventários		+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ofertas e amostras de inventários		+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		=	0,00	394.040,22	394.040,22	0,00	380.451,75	380.451,75

As existências de matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao menor entre os valores de aquisição ou produção e de mercado. O critério de movimentação das saídas utilizado é o FIFO.

11. Rédito

Na tabela que se segue encontra-se dividido pelos principais clientes da entidade o montante das prestações de serviços imputáveis individualmente.

De assinalar uma diminuição de cerca de 9,41% no volume de negócios da BRAVAL relativamente ao ano transacto.

Quantias de réditos reconhecidas no período	31.12.2012			31.12.2011		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual com o período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual com o período anterior
Vendas	2.568.077,85	100%	-4,81%	2.698.059,55	100%	9,48%
Prestações Serviços	2.356.867,51	100%	-13,94%	2.738.939,42	100%	11,30%
Totais	4.924.945,36		-9,42%	5.436.998,97		10,38%

12. Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

Provisões		Impostos	Garantias a clientes	Proc. Jud. Em Curso	Acid. Trab. Doenças Prof.	Matérias Ambientais	Contratos Onerosos	Outras Provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2011		0,00	0,00	0,00	0,00	1.272.316,83	0,00	0,00	1.272.316,83
Aumentos	Reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	109.334,88	0,00	0,00	109.334,88
	Por novas provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	33.442,40	0,00	0,00	33.442,40
	Quantias revertidas no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acumuladas em 31.12.2011 (01.01.2012)		0,00	0,00	0,00	0,00	1.348.209,31	0,00	0,00	1.348.209,31
Aumentos	Reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	109.334,88	0,00	0,00	109.334,88
	Por novas provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Quantias revertidas no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acumuladas em 31.12.2012		0,00	0,00	0,00	0,00	1.457.544,19	0,00	0,00	1.457.544,19

Está reconhecido, na face do balanço como passivo contingente na forma de provisão, o montante de 1.457.544,19€, o qual foi obtido em função da melhor estimativa quantificada e com elevado grau de probabilidade de ocorrência decorrente do próprio contrato de concessão e de um estudo elaborado especificamente para o efeito pela entidade.

Este passivo está reconhecido a preços correntes, razão pela qual não foi reconhecido o efeito do valor temporal do dinheiro.

A provisão foi reforçada no exercício de 2012, no montante de 109.334,88€, para fazer face aos custos estimados com a selagem do aterro e com a recuperação paisagística do aterro sanitário. Importa ainda referir que o reconhecimento no passivo da provisão para recuperação paisagística foi efectuado para o exercício de 2012 tendo por base um estudo global referente às diferentes células do aterro a recuperar até ao final da concessão.

13. Subsídios do Governo e Apoios do governo

Os subsídios do Governo encontram-se inicialmente reconhecidos no Capital Próprio da entidade, na conta 593 – Subsídios. O reconhecimento subsequente dos subsídios como rendimento ocorre na proporção quer das depreciações dos activos subsidiados quer do reconhecimento directo em gastos do exercício, na conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos.

Rubricas	Saldo Inicial A/C 5931 (01.01.2012)	Recebimentos em 2012	Imputação Subsídio A/C 7883	Reconhecimento do Subsídio a receber	Saldo Final A/C 5931 (31.12.2012)
Subsídios ao investimento	8.072.845,41	0,00	313.643,02	10.236.504,97	17.995.707,36
Total	8.072.845,41	0,00	313.643,02	10.236.504,97	17.995.707,36

14. Acontecimentos Após a Data do Balanço

As demonstrações financeiras da BRAVAL serão submetidas à aprovação do Conselho de Administração no dia 01 de Fevereiro de 2013, ficando desde já autorizadas para emissão, após a disponibilização do parecer do órgão de fiscalização.

Os proprietários não têm o poder de alterar as demonstrações financeiras; no entanto, de acordo com a legislação comercial em vigor em Portugal, em condições normais, os acionistas têm o poder de exigir a alteração das demonstrações financeiras caso estas não sejam aprovadas em Assembleia Geral.

15. Imposto Sobre o Rendimento

Impostos sobre o rendimento	Período 2012		Período 2011	
	Saldo Débito	Saldo Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
8121 – Imposto estimado para o período	24.754,57	0,00	138.128,86	0,00
8122 – Imposto diferido	0,00	78.308,72	0,00	48.510,73
Totais	24.754,57	78.308,72	138.128,86	48.510,73

Rubricas	31.12.2012	31.12.2011
Passivos por impostos diferidos	-4.498.926,85	-2.018.211,36
Activos por impostos diferidos	41,75	143,78
TOTAL	-4.498.885,10	-2.018.067,58

A sociedade encontra-se abrangida pelo regime de redução de taxa de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, à taxa de 25%.

Os impostos correntes e diferidos são contabilizados no período a que respeitam, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o referencial contabilístico em vigor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e de dez para a Segurança Social, pelo que as declarações relativas aos anos de 2006 a 2011 poderão estar sujeitas a revisões fiscais.

É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções resultantes de inspeções fiscais aquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

16. Instrumentos Financeiros

16.1 Investimentos Financeiros

Investimentos Financeiros	31.12.2012				31.12.2011			
	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Saldo Final	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Saldo Final
Fundo de Reconstituição do Capital Social	941.824,04	80.818,00	0,00	1.022.642,04	861.006,04	80.818,00	0,00	941.824,04
Acções Norgarante	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00
Total 41 - Investimentos Financeiros	949.324,04	80.818,00	0,00	1.030.142,04	868.506,04	80.818,00	0,00	949.324,04

Nos termos da cláusula 17ª do contrato de concessão a concessionária fica obrigada a entregar em cada ano o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um fundo de reconstituição do capital. Assim encontra-se contabilizado na rubrica de Investimentos Financeiros o depósito bancário criado para o efeito, atualmente com o saldo de 1.022.642,04€.

A utilização do referido fundo para restituição do capital social dependerá, todavia, da existência, a final, de capital próprio que o comporte.

Por outro lado, está ainda contabilizado na rubrica de investimentos financeiros, o montante de 7.500,00€ referente à compra de títulos da Norgarante, na sequência do financiamento obtido junto do MILLENNIUM BCP, no montante de 750.000,00€, referente à linha PME INVEST.

16.2 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2012			31.12.2011		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
211 - Clientes Conta Corrente	1.305.668,39	0,00	1.305.668,39	1.223.364,57	0,00	1.223.364,57
217 – Clientes Cobrança Duvidosa	72.273,51	0,00	72.273,51	67.752,90	0,00	67.752,90
218 – Adiantamento de Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
219 – Perdas por Imparidade	-72.273,51	0,00	-72.273,51	-67.752,90	0,00	-67.752,90
Saldo Clientes	1.305.668,39	0,00	1.305.668,39	1.223.364,57	0,00	1.223.364,57

16.3 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2012			31.12.2011		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
221 - Fornecedores conta corrente	387.840,58	0,00	387.840,58	254.733,26	0,00	254.733,26
Saldo Fornecedores	387.840,58	0,00	387.840,58	254.733,26	0,00	254.733,26

16.4 Estado e Outros entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, é composta pelos seguintes valores:

Estado e outros entes públicos	31.12.2012		31.12.2011	
	Saldo Débito	Saldo Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
241 – Imposto sobre o rendimento	96.454,99	0,00	0,00	26.183,09
242 – Retenção de impostos	0,00	8.849,55	0,00	4.059,02
243 – Imposto sobre o valor acrescentado	67.572,27	0,00	283.944,50	0,00
245 – Contribuições para a Seg. Social	0,00	62.973,13	0,00	30.864,80
Totais	164.027,26	71.822,68	283.944,50	61.106,91

Não existem quaisquer dívidas em mora perante o Estado e perante a Segurança Social.

16.5 Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

Outras Contas a Receber	31.12.2012		31.12.2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
221 - Fornecedores	77,60	0,00	20,79	0,00
2312 - Pessoal	29,34	0,00	0,00	0,00
27112 - Adiantamento Fornecedores Investimentos	478.054,42	0,00	0,00	0,00
2721 - Devedores por Acréscimo de Rendimentos	18.087,48	0,00	4.010,99	0,00
2781 - Devedores Diversos	10.734.257,75	0,00	448.252,78	0,00
Totais	11.230.506,59	0,00	452.284,56	0,00

Na rubrica “devedores diversos”, encontra-se contabilizado a débito o montante de 49.500€, o qual se refere a uma fraude bancária de que a Braval foi alvo. Esta fraude atingiu fundos depositados na conta bancária da Braval, no Banco Millennium BCP, tendo sido oportunamente desencadeado o devido processo criminal.

Tal processo encontra-se em fase de inquérito junto das instâncias com competência para a acção penal, tendo a Braval manifestado nos autos, nos termos legalmente previstos, o propósito de deduzir, no momento processual próprio, pedido de indemnização civil, sem prejuízo do accionamento de outros meios judiciais que se venham a revelar adequados para obter a restituição/ressarcimento dos fundos em causa.

16.6 Outras Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica “Outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2012		31.12.2011	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
21 - Clientes	9,68	0,00	55,40	0,00
23 - Pessoal	133,78	0,00	0,00	0,00
271 – Fornecedores de Investimento	56.162,45	0,00	172.530,05	0,00
2722 – Credores por Acréscimos de Gastos	258.909,32	0,00	254.680,25	0,00
2783 – Taxa de Gestão Resíduos	678.036,71	0,00	557.789,94	0,00
Saldo Outras Contas a Pagar	993.251,94		985.055,64	

16.7 Instrumentos Capital Próprio

O capital social é de 1.750.000€, composto por 350.000 acções, com o valor nominal de 5€ cada acção. Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

Capital Próprio	31.12.2012	31.12.2011
Capital	1.750.000,00	1.750.000,00
Reservas	226.285,90	191.089,66
Resultados Transitados	928.302,48	1.006.713,23
Outras Variações no Capital Próprio	13.496.780,51	6.054.634,05
Resultado Líquido do Exercício	102.783,41	703.924,71
Total do Capital Próprio	16.504.152,30	9.706.361,65

16.8 Financiamentos Obtidos

O mapa que se segue mostra um aumento muito significativo no nível de endividamento bancário da BRAVAL, o que está directamente relacionado com os fortes investimentos em curso levados a cabo pela Administração.

Rubricas	31.12.2012			31.12.2011		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários						
Santander Totta	1.305.000,00	1.694.912,33	2.999.912,33	960.000,00	1.560.619,60	2.520.619,60
Millennium BCP	150.000,00	412.500,00	562.500,00	150.000,00	562.500,00	712.500,00
Banif	0,00	4.400.000,00	4.400.000,00	0,00	4.400.000,00	4.400.000,00
Subtotal Empréstimos bancários	1.455.000,00	6.507.412,33	7.962.412,33	1.110.000,00	6.523.119,60	7.633.119,60
Locações Financeiras						
Millennium BCP	848,22	0,00	848,22	9.887,24	849,35	10.736,59
Santander Totta	69.219,42	0,00	69.219,42	54.562,47	87.978,76	142.541,23
Mercedes-Benz	23.343,53	40.069,99	63.413,52	21.802,13	74.039,99	95.842,12
Subtotal Locações Financeiras	93.411,17	40.069,99	133.481,16	86.251,84	162.868,10	249.119,94
Saldo Financiamentos obtidos	1.548.411,17	6.547.482,32	8.095.893,49	1.196.251,84	6.685.987,70	7.882.239,54

17. Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidos como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Em 31 de Dezembro de 2012 a BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. registava um efectivo de 148 colaboradores.

O saldo da conta de custos com o pessoal subdivide-se nas seguintes rubricas:

Rubricas	31.12.2012	31.12.2011
Remunerações dos órgãos sociais	26.000,00	24.000,00
Remunerações do pessoal	1.236.183,48	1.158.436,47
Encargos sobre remunerações Órgãos Sociais	5.278,00	4.872,00
Encargos sobre remunerações Pessoal	302.235,30	262.519,70
Seguros Acidentes Trabalho	32.774,50	35.248,30
Outros Gastos com o Pessoal	204.680,32	239.683,81
Total	1.807.151,60	1.724.760,28

18. Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais

Honorários facturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2012			Período 2011		
	Honorários facturados	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários facturados	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	8.400,00	0,00	8.400,00	8.400,00	0,00	8.400,00
Serviços de garantia de fiabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consultoria fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	8.400,00	0,00	8.400,00	8.400,00	0,00	8.400,00

19.Outras Informações

19.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica “Diferimentos” tinha a seguinte composição:

Diferimentos (Activo)	31.12.2012	31.12.2011
2815 - Seguros	27.705,93	34.661,21
2819 – Outros gastos a reconhecer	139.018,07	155.214,35
Total	166.724,00	189.875,56

19.2 Accionistas

As contas de accionistas apresentam o saldo que se segue:

Rubricas	31.12.2012			31.12.2011		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
264292 - C.M. Póvoa de Lanhoso	0,00	51.227,53	51.227,53	0,00	23.140,93	23.140,93
264293 - C.M. Vieira do Minho	0,00	69.523,08	69.523,08	0,00	31.405,56	31.405,56
264294 - Agere	0,00	963.565,46	963.565,46	0,00	435.269,97	435.269,97
264295 - C.M. Vila Verde	0,00	60.985,15	60.985,15	0,00	27.548,73	27.548,73
264296 - C.M. Amares	0,00	45.129,01	45.129,01	0,00	20.386,06	20.386,06
264297 - C.M. Terras Bouro	0,00	29.272,88	29.272,88	0,00	13.223,39	13.223,39
Saldo Accionistas	0,00	1.219.703,11	1.219.703,11	0,00	550.974,64	550.974,64

O saldo da conta de accionistas aumentou 668.728,47€ relativamente ao ano transacto, fruto da decisão tomada em Assembleia Geral de accionistas, a qual deliberou, por unanimidade, distribuir aos accionistas o referido montante.

Tal como no ano anterior, apesar da deliberação tomada em Assembleia Geral, não ocorreu qualquer pagamento de dividendos aos accionistas, em virtude dos fortes constrangimentos de tesouraria verificados no decorrer do ano 2012.

19.3 Outros Rendimentos e Ganhos

A conta de outros rendimentos e ganhos reflecte por um lado os rendimentos decorrentes do arrendamento de uma das instalações da empresa (rendimentos registados na conta 781 – rendimentos suplementares), por outro os rendimentos derivados da imputação anual do subsídio ao investimento recebido, com base nas depreciações dos bens subsidiados e ainda de uma parte remanescente decorrente da imputação directa dos investimentos que são reconhecidos directamente em gastos do exercício, quer através de mapas de controlo ou de uma proporção considerada de forma recorrente pelos serviços da empresa.

Rubricas	31.12.2012	31.12.2011
781 – Rendimentos Suplementares	200.444,19	192.146,96
786 – Rendimentos e ganhos nos restantes AFT	0,00	1.750,00
787 – Rendimentos e ganhos em investimentos	46.500,00	32.713,57
788 – Outros rendimentos e ganhos	321.992,46	332.030,71
Totais	568.936,65	558.641,24

19.4 Outros Gastos e Perdas

Essencialmente estão reconhecidos na conta de outros gastos e perdas os montantes referentes a impostos suportados no exercício bem como o montante respeitante às correcções relativas a exercícios anteriores.

Rubricas	31.12.2012	31.12.2011
681 – Impostos	102.369,72	82.849,53
687 – Gastos e perdas em investimentos	475,00	0,00
688 – Outros	55.850,49	36.472,17
Totais	158.695,21	119.321,70

19.5 Juros e Gastos Similares Suportados

Rubricas	31.12.2012	31.12.2011
691 - Juros Suportados	322.506,17	208.772,45
692 – Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	0,00	0,08
698 - Outros gastos e perdas de financiamento	19.069,01	12.166,66
Totais	341.575,18	220.939,19

19.6 Juros e Gastos Similares Obtidos

Rubricas	31.12.2012	31.12.2011
791 - Juros obtidos	60.963,18	57.903,66
798 – Outros Rendimentos Similares	1,00	0,62
Totais	60.964,18	57.904,28

19.7 Responsabilidades da Empresa por Garantias Prestadas

- A Braval tem uma garantia bancária sobre o Millennium BCP, no montante de 249.398,95€, a favor do Ministério do Ambiente, para cumprimento dos deveres contratuais emergentes da concessão.
- Em garantia do cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pela Braval no âmbito do contrato de empréstimo celebrado ao abrigo da linha de crédito PME Investe VI (QREN com garantia mútua), a entidade prestou garantia autónoma ao banco Millennium BCP, emitida pela NORGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., destinada a garantir até 50% do capital em dívida em cada momento do tempo do empréstimo.
- A Braval tem uma garantia bancária sobre o Banif, no montante de 2.193,00€, a favor da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), destinada a Substituição de Depósito Caução para processo em Tribunal.
- Da consulta junto dos advogados da BRAVAL quanto às situações pendentes em que a BRAVAL é Ré, resultaram as informações que se seguem:
 - Processo de contencioso Pré Contratual – Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga – Valor processual da acção (30.000,01€) – Fase de recurso perante TCAN (acção julgada improcedente em 1.^a instância).
 - Processo de contra ordenação ambiental – Instrução junto da autoridade administrativa competente.
- Da consulta junto dos advogados da BRAVAL quanto às situações pendentes em que a BRAVAL é Autora, resultaram as informações que se seguem:
 - Processo judicial com a empresa demandada "Semural – Empreendimentos Urbanos, S.A.", sendo o valor da ação de 48.757,83€. Considerando que a Administração entende não haver risco de incobrabilidade, não foi criada qualquer imparidade quanto a este saldo.

19.8 Outras Informações

Conforme disposto no contrato de concessão, a elaboração dos projetos tarifários deve tomar em conta uma remuneração dos capitais próprios aplicados na empresa, a qual será calculada com base na aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de emissão de bilhetes de tesouro (TBA) ou uma equivalente que a venha substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco. O valor das remunerações do capital calculado nos termos da concessão por accionista era o seguinte, em 31 de Dezembro de 2012:

Accionista	Remuneração devida em 2011	Dividendos distribuídos	Remuneração do exercício	Remuneração acumulada
Agere	129.238,76	0,00	62.706,73	191.945,49
C.M. Póvoa de Lanhoso	8.363,00	0,00	3.389,88	11.752,88
C.M. Vieira do Minho	11.295,90	0,00	4.598,52	15.894,42
C.M. Vila Verde	8.179,67	0,00	3.968,78	12.148,45
C.M. Amares	6.052,96	0,00	2.936,90	8.989,86
C.M. Terras de Bouro	3.926,25	0,00	1.905,01	5.831,26
TOTAL	167.056,54	0,00	79.505,82	246.562,36

As taxas utilizadas para o cálculo dos montantes acima referidos foram as seguintes

Anos	Taxas sem risco (TBA)	Taxas com risco (base de cálculo)
1996	7,267	10,267
1997	5,497	8,497
1998	4,266	7,266
1999	4,000	7,000
2000	4,380	7,380
2001	4,146	7,146
2002	3,275	6,275
2003	2,218	5,218
2004	2,045	5,045
2005	2,095	5,095
2006	3,090	6,090
2007	4,190	7,190
2008	4,560	7,560
2009	1,370	4,370
2010	0,930	3,930
2011	1,510	4,510
2012	0,760	3,760

Braga, 1 de Fevereiro de 2013

TÉCNICO DE CONTAS

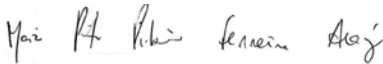


(Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



(Eng. Bruno Agostinho Lopes Gonçalves Névoa)



(Dra. Maria Rita Ribeiro Ferreira de Araújo)



(Sr. Luís Jorge Amaró da Costa)

IV RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2012

De harmonia com o disposto na legislação aplicável e na qualidade de fiscal único da sociedade **Braval – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.**, vimos submeter à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório e Parecer sobre o Relatório, as Contas e as propostas apresentadas pela Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

1. No quadro das normas legais e estatutárias aplicáveis, procedemos,

- à fiscalização dos actos da Administração, com base nos elementos da contabilidade da Empresa e nos esclarecimentos que a propósito solicitamos;
- à averiguação da observância da lei e do cumprimento dos estatutos da sociedade;
- à verificação dos documentos, registos e livros de escrituração;
- à análise das Demonstrações Financeiras, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão;
- à entrega à Administração de uma carta de recomendações;
- à apreciação da Certificação Legal das Contas, que anexamos para integrar o presente Relatório e Parecer.

2. Na sequência dos procedimentos referidos, entendemos ser de referir que:

- a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade da entidade no exercício em causa, bem como a sua situação económica e financeira.
- o interesse social da atividade exercida, no quadro do contrato de concessão, condiciona a política de preços, que assim assumem níveis diferentes dos que seriam determinados pela livre operação das regras de mercado, com efeitos negativos na rentabilidade da Empresa.

- a Certificação Legal das Contas, sem expressar reservas sobre as Demonstrações Financeiras, alerta todavia para a tomada em conta das condicionantes financeiras, contratuais e legais em matéria de distribuição de resultados aos acionistas.
- as contas devem ser analisadas à luz de todos os documentos antes referidos, especialmente o Relatório de Gestão e a Certificação Legal de Contas, que emitimos enquanto revisores oficiais de contas e com que, naturalmente, concordamos;

3. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que a Assembleia Geral

- deve aprovar as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pela Administração quanto ao exercício de 2012;
- deve apreciar a proposta de distribuição de resultados apresentada pela Administração tendo em conta o quadro das necessidades financeiras da empresa, bem como a análise cuidada das condições legais e contratuais aplicáveis, decorrentes do contrato de concessão e do Código das Sociedades Comerciais;
- a Assembleia Geral deve proceder à apreciação da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos do artº. 455º. do Código das Sociedades Comerciais

Braga, 13 de Março de 2013.

GASPAR CASTRO, ROMEU SILVA & ASSOCIADOS – SROC, LDA (Nº.153)

Representada por

Gaspar Vieira de Castro, ROC 557

V CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CON³TAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinamos as demonstrações financeiras de **Braval – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 33 229 135 Euros e um total de capital próprio de 16 504 152 Euros, incluindo um resultado líquido de 102 783 Euros a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, S.R.O.C., Lda.

- a verificação de aplicabilidade do princípio da continuidade ; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **Braval – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo nº 7 acima chamamos a atenção para que a proposta de distribuição de resultados constante do Relatório de Gestão deve ser apreciada no quadro das condicionantes financeiras, contratuais e legais da entidade.

BRAGA, 13 de Março de 2013

Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados – SROC (nº.153)
Representada por
Gaspar Vieira de Castro, ROC 557



Edifício da Câmara Municipal de Braga
Praça do Município | Apartado 1040 | 4711-908 BRAGA
tel. 253 639 220 | fax 253 639 229
braval@braval.pt
www.braval.pt
nº verde: 800 220 639